
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA



NÚCLEO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE – PGDRA

O QUE ACONTECEU AOS KAXARARI:
UM ESTUDO ETNOGRÁFICO DE (IN)SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

IVONETE BATISTA SANTA ROSA GOMES

Porto Velho
2009



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA**

NÚCLEO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE – PGDRA

**O QUE ACONTECEU AOS KAXARARI:
UM ESTUDO ETNOGRÁFICO DE (IN)SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

IVONETE BATISTA SANTA ROSA GOMES
Orientador Prof. Dr. Ari Miguel Teixeira Ott

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA) da Universidade Federal de Rondônia, dentro da linha de pesquisa Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Porto Velho
2009

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

G633q

Gomes, Ivonete Batista Santa Rosa.

O que acontece aos Kaxarari: um estudo etnográfico de (in)sustentabilidade ambiental. / Ivonete Batista Santa Rosa Gomes. Porto Velho, Rondônia, 2009.
64f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Núcleo de Ciências e Tecnologia (NCT), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PGDR), Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, 2009.

Orientador: Prof Dr Ari Miguel Teixeira Ott.

1. Etnia Kaxarari. 2. Sustentabilidade. 3. Etnografia. 4. Rondônia. I. Título.

CDU: 39(811.1)

Bibliotecária Responsável: Eliane Gemaque / CRB 11-549

IVONETE BATISTA SANTA ROSA GOMES

**O QUE ACONTECEU AOS KAXARARI:
UM ESTUDO ETNOGRÁFICO DE (IN)SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Ari Miguel Teixeira Ott
Orientador

Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Escobar
Examinadora

Prof^a. Dr^a. Arneide Bandeira Cemin
Examinadora

Prof. Dr. Artur de Souza Moret
Suplente

Porto Velho, 20 de agosto de 2009.

Resultado _____

Para Alexander, por inspirar as minhas melhores virtudes
e meu pai Geraldo Santa Rosa (em memória).

AGRADECIMENTOS

À Tsurá o grande construtor do universo e aos espíritos que fazem parte da cosmogonia Kaxarari, por permitirem a existência desse povo de postura guerreira pela garantia de seu modo de vida e grandes defensores da sua cultura e da biodiversidade amazônica.

Ao professor e orientador. Dr. Ari Miguel Teixeira Ott. Obrigada pela pelas aulas e pela clareza, paciência e bom humor com que compartilhou seu rico conhecimento comigo, ajudando-me a organizar minhas idéias.

Ao povo da Nação Kaxarari nas Aldeias Pedreira, Paxiuba, Marmelinho, Central e Barrinha, pela acolhida, amizade, carinho e respeito com que me tratou nos dias em que desenvolvi meu trabalho de campo. Foram muitos que apoiaram a pesquisa contribuindo com informações e conversas. A minha gratidão eterna.

Ao conjunto de pessoas que faz parte do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

À minha grande amiga Maria do Carmo Oliveira Pereira, por ter me apresentado o povo Kaxarari e por ter lutado por mim e comigo na muitas dificuldades. Obrigada pela forma atenciosa com que compartilhou das minhas frustrações e alegrias.

Não poderia deixar de agradecer aos colegas da Educação Indígena de Extrema com os quais convivi durante o ano de 2008. em especial ao companheiro e amigo prof. Antonio Clecio Nogueira, pelo companheirismo e respeito com que me acompanhou na pesquisa de campo.

À professora Dr^a Mariluce Rezende Messias por ter me apresentado o meu ilustre orientador.

À REN do distrito de Extrema na pessoa da professora Maria Alice Cavali por incentivar e facilitar a realização do meu trabalho.

Aos professores indígenas, Marcondes, Cleudo, Edmilson e Miguel que contribuíram das mais diversas formas para o desenvolvimento desta pesquisa.

Evidentemente, não poderia ausentar desta já extensa e nunca conclusa lista, minha gratidão: aos amigos de antes, Allisson Freire Bento, Flávio Góis, Samuel Nienown, Priscila Menezes, Marcela Oliveira, Paulo Henrique Bonavigo, Túlio Araújo. Por fim, agradeço o apoio encontrado naqueles que não citei, mas que estiveram e estão presentes como os amigos de sempre.

Não poderia, jamais deixar de expressar minha gratidão, devoção e amor a minha família. Tudo o que eu sou, fiz e tenho, devo a eles.

Agradeço, de modo especial ao meu filho Alexsander, por sua compreensão, carinho e as inúmeras alegrias que compartilhamos e compartilharemos... enfim, por ser a razão da minha eterna felicidade.

Finalmente, Dedico este trabalho à memória do meu pai Geraldo Santa Rosa
*12/09/1935 - † 05/08/2009.

O homem, em seus mais belos sonhos, jamais pode
achar nada melhor que a natureza.
Lamartine

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	VII
LISTA DE FIGURAS.....	IX
LISTA DE QUADROS.....	X
LISTA DE SIGLAS.....	XI
RESUMO.....	XII
ABSTRACT	XIII
1. INTRODUÇÃO.....	01
1.1. CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	03
1.2. OBJETIVOS	05
1.2.1. Objetivo Geral.....	05
1.2.2. Objetivos Específicos	06
1.3. JUSTIFICATIVA.....	06
1.4. MATERIAIS E MÉTODOS.....	06
1.4.1. Sobre a etnografia	06
1.4.2. Área de Estudo.....	07
1.4.3. A Execução da Pesquisa de Campo	08
1.4.4. Estratégias de Análise: Tratamento Qualitativo	09
1.5. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	10
2. OS TEMPOS DO KAXARARI.....	12
2.1. OS TEMPOS DOS ANTIGOS	13
2.2. O TEMPO DAS CORRERIAS.....	14
2.3. O TEMPO DO CATIVEIRO	17
2.4. O TEMPO DOS DIREITOS	19
2.5. O TEMPO DA ESTRADA	20
2.5.1. A Retirada da Brita	23
3. O TEMPO ATUAL.....	28
3.1. OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS	28
3.2. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA	29
3.3. SUBSISTÊNCIA E RENDA	30
3.3.1. Atividades de Caça.....	32

3.3.2. Atividades de Pesca	36
3.3.3. Atividades do Roçado	38
3.3.4. Atividades de Extração da Castanha	39
3.4. DADOS POPULACIONAIS.....	40
3.5. O SISTEMA DE PARENTESCO E CASAMENTO.....	43
3.6. A ALDEIA MARMELINHO	45
3.7. A ALDEIA PEDREIRA	47
3.8. A ALDEIA PAXIUMBA	49
3.9. A ALDEIA BARRINHA	50
3.10. A ALDEIA CENTRAL.....	50
4. OS KAXARARI E AS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS.....	52
4.1. Movimentos Indígenas e os Kaxarari.....	54
5. CONCLUSÕES.....	58
REFERÊNCIAS	61

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Mapa da Terra Indígena Kaxarari.

Figura 02. Buraco deixado no lugar de onde foi retirada a pedra brita que com o tempo acabou se transformando em um lago medindo aproximadamente 6.000m² com profundidade media de 1 metro e volume de 6.000 m³ de água (Ação Civil Pública Doc.n.96.0002121. Ministério Público Federal).

Figura 03. Preparação da palha para a construção de uma casa na aldeia Pedreira.

Figura 04. Carne de macaco Barrigudo (*Lagoiricha lagoiricha*) Xiluwa moqueando.

Figura 05. Balaio para o transporte da caça moqueada.

Figura 06. Escola da aldeia Marmelinho.

Figura 07. Travessia do rio Marmelo com canoas.

Figura 08. Torneio de futebol realizado durante festa do dia 07 de setembro de 2008 na aldeia Pedreira.

Figura 09. Macaco Barrigudo (*Lagoiricha lagoiricha*) Xiluwa moqueado.

Figura 10. Escola da aldeia Central.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Espécies cinegéticas mais apreciadas pelo povo Kaxarari conforme o relato dos entrevistados, nomes populares, nome Kaxarari e identificação científica.

Quadro 02. Espécies de peixes mais apreciadas pelo povo Kaxarari nomes populares, nome Kaxarari e identificação científica.

Quadro 03. Espécies de vegetais plantadas nos roçados conforme relato dos entrevistados.

Quadro 04. Distribuição da população indígena Kaxarari por faixa etária, segundo sexo.

Quadro 05. Clãs na Língua Kaxarari e seus significados em Português.

LISTA DE SIGLAS

ACIK - Associação das Comunidades Indígenas Kaxarari

AIS - Agente Indígena de Saúde

AJACRE - Ajudância da FUNAI no Acre

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CPI - Comissão Pró Índio

FUNAI - Fundação Nacional de Assistência ao Índio

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ISA - Instituto Sócio Ambiental

MEC - Ministério da Educação e Cultura

REN - Representação de Ensino

PGDRA - Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Federal de Rondônia

PLANAFLORO - Plano agropecuário e Florestal de Rondônia

PMACI - Plano de Proteção ao Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas

POLONOROESTE – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

SEDUC - Secretaria de Estado de Educação

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

SPILTN - Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais

TI - Terra Indígena

UNI-Norte - União das Nações Indígenas da Regional Norte

RESUMO

A etnia Kaxarari marca a sua história do contato interétnico com segmentos das frentes extrativistas da seringa e do caucho em três períodos distintos: o tempo das correrias o tempo do cativo e o tempo dos direitos. A Terra indígena Kaxarari está localizada nas proximidades dos distritos de Califórnia e Extrema nas divisas de Rondônia, Acre e Amazonas este povo pertencente à família lingüística Pano, tem sua organização dividida em clãs de acordo com cada família e/ou povo. Habitam atualmente em cinco aldeias: Marmelinho, Paxiúba, Pedreira, Barrinha e Central, reunidas em um território de aproximadamente 145.000 hectares e uma população estimada em 317 indivíduos. Este estudo avaliou a relação da comunidade com o seu meio e o processo de utilização dos recursos naturais das comunidades da reserva indígena Kaxarari (RO). A partir dos contatos iniciais deste povo, sob a perspectiva etnográfica, procurando evidenciar as múltiplas resistências diante dos impactos decorrentes do contato com a sociedade nacional e as formas e meios como eles vêm construindo seus processos de (in)sustentabilidade. Para a realização do estudo foi utilizado o método etnográfico. O contato inicial com caucheiros peruanos e seringalistas brasileiros revelou-se extremamente desastroso para os Kaxarari. A consequência mais grave foi, sem dúvida, a depopulação deste povo, que de dois mil habitantes, em 1910, ficaram reduzidos hoje em dia a menos de 400 indivíduos. Entretanto, mesmo tendo seus valores modificados no contato com o não índio, ainda constituem um exemplo de resistência, pois apesar da violência mantém uma língua, o território e a capacidade de reconstruírem seus valores e a luta pela existência.

Palavras-chave: Etnia Kaxarari. Rondônia. Sustentabilidade. Etnografia.

ABSTRACT

The ethnic group Kaxarari mark the its history of contact with interethnic segments of extractive fronts the syringe and the caucho in three distinct periods:the period of correrias the period of captivity and the period of the rights. The Indigenous Land Kaxarari is located near the districts of California and Extrema in the foreign currency of Rondônia, Acre and Amazonas this people belonging to family linguistic Pano has divided its organization into clans according to each family and / or people. Currently living in five villages: Marmelinho, Paxiúba, Pedreira, Barrinha and Central, gathered in an area of approximately 145,000 hectares and a population estimated at 317 individuals. This study evaluated the relationship of the community with their environment and the process of using natural resources of communities in the Indian reservation Kaxarari (RO). Since the initial contact of this people, on the ethnographic approach,looking to show the multiple resistance before the impacts arising from contact with national society and the ways and means how they are building their processes of unsustainability. To achieve the study used the ethnographic method. The initial contact with caucheiros Peruvian and Brazilian rubber tapper proved to be extremely disastrous for Kaxarari. The most serious was without doubt depopulação of these people,that of two thousand inhabitants in 1910, were reduced Today, less than 400 individuals. The most serious was without doubt depopulação of these people,that of two thousand inhabitants in 1910, were reduced Today to less than 400 individuals. However, even taking their values modified in contact with the non-Indian, still constitute an example of resistance, because despite the violence sustain a language, the territory and the ability to rebuild its values and the struggle for existence.

Key-words: Ethnic group Kaxarari. Rondonia. Sustainability. Ethnography.

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

Para os povos indígenas, a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento (RAMOS, 1986). As terras indígenas na América Latina vêm, desde a expansão mercantilista, sendo ocupadas e transformadas em fonte de lucro. Os europeus - portugueses e espanhóis franceses e ingleses - com predomínio dos primeiros, aportando no “novo mundo” como parte do processo de formação e expansão do capitalismo e dos estados nacionais, visaram explorar os recursos existentes na terra recém conquistada. Em nome do “progresso e desenvolvimento da civilização cristã ocidental” se deu à ocupação das terras indígenas, sendo os índios expropriados e submetidos ao genocídio físico e cultural.

Segundo estudos demográficos da escola de Berkeley, calcula-se que havia cerca de 88 milhões de índios no continente americano, sendo que a maioria concentrava-se na América do Sul e Central (COTRIM, 1991).

No processo de ocupação e exploração das terras brasileiras, o europeu utilizou a mão de obra indígena primeiramente na extração do pau-brasil, depredando toda a faixa litorânea. O escambo era usado para captura dos índios e quando estes manifestavam alguma resistência, utilizaram meios pacíficos coercitivos para mantê-los submissos às formas de domínio. Dessa época até os dias atuais várias foram as formas usadas para dizimar e aprisionar índios desde as “guerras justas” que dizimaram grupos inteiros para se apossarem de suas terras, até as epidemias de doenças infecciosas.

Não se pode precisar quantos índios existiam no Brasil quando se iniciou a conquista européia. Sabe-se, contudo, que houve uma redução populacional. Para Mellati, (1993) no ano de 1900 o número de grupos tribais, no Brasil, era de 230, entretanto, em 1957 era somente de 143. Em apenas 57 anos, portanto, desapareceram 87 grupos tribais.

Na Amazônia, verificam-se situações de contato antigo e contato recente. Os primeiros exploradores com certeza foram os espanhóis, no século XVI, depois os

portugueses, franceses e ingleses. Todos os seus relatos e crônicas falam em numerosas populações, destacando-se entre elas as expedições dos espanhóis Francisco Orellana e a de Ursúa-Aguirre. Nos relatos de Frei Gaspar de Carvajal, cronista da expedição de Orellana, havia grandíssimas povoações que reuniam 50.000 homens entre os rios Tefé e Coari (FREIRE, 1987). Esta quantidade ficou bastante reduzida no século XVII devido à violência do contato, que dizimou com rapidez as populações. No século XVIII se efetiva a economia extrativa na Amazônia na busca das chamadas drogas do sertão.

Na parte ocidental da Amazônia brasileira que compreende os estados do Amazonas, Acre, Rondônia e parte do Mato Grosso o quadro foi idêntico. As mesmas situações de contatos recentes e antigos, como no caso das populações que habitavam o Vale do Guaporé, na fronteira entre o Brasil e a Bolívia. No século XVIII essa região foi palco de lutas entre os portugueses e missões espanholas pela posse das terras e exploração dos vários povos lá residentes, onde hoje se localiza o município de Costa Marques, com os escombros do Forte Príncipe da Beira (MEIRELES, 1989).

Essa economia extrativa, subjugada ao capital comercial que se desenvolvia na calha do Rio Amazonas e em alguns de seus afluentes, foi responsável pela utilização de diversas populações indígenas na extração das drogas do sertão e do látex. Do século XVIII ao XIX continuou o processo de escravizar e escorraçar os legítimos donos das terras amazônicas.

Somente no início do século XX é que surgiu apoio governamental com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPILTN, em 1910 e em 1967 com a FUNAI - Fundação Nacional do Índio. Em pouco mais de cinquenta anos e com diferentes políticas foram empreendidas algumas medidas para minimizar os conflitos promovidos pela sociedade nacional junto às nações indígenas.

Neste contexto de mortes por epidemias e massacres, usurpação das terras e bens minerais e desestruturação cultural, inserem-se os Kaxarari que, quando do avanço da frente extrativista, foram escorraçados por correrias, as quais tiveram início em meados do século XIX, perdurando até a década de 1920. Após as correrias, suas terras foram incorporadas aos seringais e eles se tornaram mão-de-obra extrativa dos senhores da borracha.

1.1. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

O nosso contato inicial com o povo Kaxarari ocorreu em 2002. Na oportunidade, visitamos as cinco aldeias, tomando conhecimento das características sociais e dos problemas enfrentados por eles. A aldeia Marmelinho destacava-se por estar mais isolada em relação à área urbana, o que não impedia a penetração das concepções e práticas do mundo dos brancos, mas garantia maior conservação ambiental e menor fragmentação do habitat. Como estudante de graduação em biologia na época tivemos o interesse despertado para realizar um estudo sobre a fauna cinegética da área. Ao longo do curso participamos de trabalhos de campo nesta temática.

No ano de 2006, o que era apenas um desejo tornou-se realidade. O projeto de pesquisa com o tema “O Impacto da Sustentabilidade da Caça de Subsistência da Aldeia Marmelinho na Reserva Indígena Kaxarari (Rondônia, Brasil)” foi aprovado pelo programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA da Universidade Federal de Rondônia. O estudo tinha como objetivo analisar a atividade de caça exercida pela comunidade da aldeia Marmelinho.

No final de janeiro de 2008 estávamos às margens do rio Marmelo, barreira geográfica que faz a divisa entre a aldeia Marmelinho e as fazendas circundantes. Como esperado lá estavam alguns índios a nossa espera na beira do rio, pois antes de partirmos de Extrema foi passado um rádio avisando da nossa chegada.

Descemos as nossas “traias” do carro e com a ajuda dos indígenas arrumamos tudo nas canoas e sentamos bem quietas para a travessia. Na outra margem do rio mulheres e crianças nos aguardavam, conversando numa língua estranha e pensamos que atravessar um rio pode significar atravessar mundos diferentes. Após uma breve conversa e com as devidas apresentações seguimos viagem, pois ainda tínhamos dois quilômetros de caminhada pela frente, acertando-se que as “traias” que pertenciam à escola seriam transportadas pelos índios adultos com a ajuda de uma carriola, enquanto os pertences pessoais seriam carregados pelos donos em mochilas nas costas. Iniciar a caminhada pela trilha no meio da floresta em direção a aldeia Marmelinho significava iniciar também o que formalmente se chama trabalho de campo.

Havia resquícios de antigas moradias próximos ao rio, pois antigamente a aldeia era nestas proximidades, porém foram forçados a se mudarem para um local mais alto, porque durante as cheias alagava muito. Após uma breve caminhada chegamos à aldeia, onde ficaríamos por uma semana. Os temores iniciais dissiparam-se logo, substituídos pelo encantamento com a beleza da paisagem, com a preservação do ambiente e com os sinais de que estávamos em outro mundo.

Conhecemos a família do cacique, sua esposa, nora, filhos, netos e combinamos uma reunião com a comunidade para após o almoço. Com as atividades da chegada somente no final da tarde voltei à casa do cacique, que se afastou um pouco da casa e gritou bem alto, comunicando aos demais membros da aldeia que era hora de reunião. Após alguns minutos o barracão que fica na frente da casa do cacique foi enchendo de homens, crianças e timidamente algumas mulheres. Durante algum tempo conversaram entre eles “na língua”, termo utilizado para designar que não estão falando português. Em seguida os técnicos da Secretaria de Educação fizeram uma breve explanação a respeito das providências relativas à escola e na minha fala expliquei a razão de nossa presença, esclarecendo a respeito do meu projeto de pesquisa.

Nos minutos seguintes foi retomada a conversa “na língua”, acompanhada de muitos risos. Eles estavam debatendo para compreender as muitas informações, concluído através do cacique que: “Não tinham entendido muito bem o trabalho, mas que podia fazer”. A sensação foi de alegria e orgulho, pois naquele momento estava sendo aceita na comunidade e autorizada a realizar um projeto acalentado durante dois anos.

Todos os dias pela manhã alguns índios adultos compareciam a escola para o café da manhã e conversavam com o professor sobre o cotidiano. Com os devidos cuidados participava dos debates e perguntava da caça, logo descobrindo que quase nunca caçavam e que as poucas vezes que o faziam usavam rifles. Como a compra de munição era dispendiosa e complicada, exigindo uma viagem à cidade, a caça na aldeia era um artigo de luxo, embora o que ganhavam como diarista nas fazendas vizinhas mal rendia para alimentar a família.

A vida na aldeia segue uma rotina estabelecida, pacata e silenciosa, de modo que qualquer acontecimento que quebre esta ordem é imediatamente percebido por todos. Assim, certa noite, houve uma agitação com pessoas falando alto e indo de uma

casa a outra. Pela manhã, soube que havia mais um caso de tuberculose na aldeia (ou pelo menos de suspeita) e que o agente indígena de saúde (AIS) tinha sido chamado pela família para registrar o caso e informar a FUNASA. Pelo rádio o AIS notificou a FUNASA sobre o caso suspeito, com muitos índios aglomerados na casa e conversando com agitação.

Em outro momento, durante o café da manhã, os índios comentavam a volta súbita de um parente, caminhando durante a noite mais de cinquenta quilômetros, porque a bicicleta quebrou na estrada. Quando manifestei minha admiração pela coragem do homem, notei que eles riam e um deles não se conteve e comentou: “deve de ter tomado uns dois litros de álcool pra criar coragem”. No dia da minha partida soube que a esposa daquele homem recebeu um pouco de arroz e feijão da merenda escolar, pois o marido retornou da cidade sem o salário e sem o rancho¹ do mês.

Para uma bióloga recém graduada que pretendia estudar o impacto da sustentabilidade da caça de subsistência em uma aldeia indígena não poderia ter feito pior escolha. Os índios não caçavam, ou o faziam tão raramente que significava um impacto mínimo na fauna cinegética. Por outro lado, a própria sustentabilidade daquele povo parecia mais ameaçada do que a da caça seja pelas doenças infecto-contagiosas e pelas patologias sociais, seja pelos apelos ao consumismo da sociedade ocidental, seja pela perda progressiva do seu aparato cultural.

Despedi-me de todos e voltei a Extrema. Durante o percurso não consegui pensar noutra coisa e me fiz várias perguntas: “O que estou fazendo naquela aldeia?”; “Qual a contribuição que o meu trabalho vai trazer para esta aldeia”? A resposta era bastante óbvia: a justificativa e os objetivos do meu projeto perderam o sentido naquele momento. Mas, abandonar o projeto não podia significar abandonar os índios. Outras e mais urgentes questões estavam postas pela situação vivida por eles, resumidas em uma única indagação: o que aconteceu com os Kaxarari?

Esta é a resposta que se espera dar ao longo desta dissertação.

¹ Expressão utilizada para se referir às compras do mês de gêneros alimentícios.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho foi avaliarmos a relação da comunidade com o seu meio e o processo de utilização dos recursos naturais das comunidades da reserva indígena Kaxarari (RO). A partir dos contatos iniciais deste povo, sob a perspectiva etnográfica, procuramos evidenciar as múltiplas resistências diante dos impactos decorrentes do contato com a sociedade nacional e as formas e meios como eles vêm construindo seus processos de (in)sustentabilidade.

1.2.2. Objetivos Específicos

Fazer um levantamento socioeconômico e cultural das comunidades da Terra Indígena Kaxarari;

Registrar as diferentes estratégias adotadas como recursos de caça e pesca;

Registrar as estratégias de conservação dos recursos naturais.

1.3. JUSTIFICATIVA

A realização deste estudo na reserva Indígena Kaxarari se justifica por se tratar de um povo ainda pouco estudado, embora expropriado pela expansão capitalista.

Além disso, este estudo se justifica por procurar resgatar e registrar um pouco da etnografia dos índios Kaxarari que, infelizmente, não é um caso isolado na violência do contato de sociedades indígenas da Amazônia Ocidental. Este povo, antes tão numeroso e com um complexo modo de vida, hoje se encontra numericamente reduzido, embora lutando para assegurar sua identidade e sua continuidade no tempo e no espaço.

1.4. MATERIAIS E MÉTODOS

1.4.1 Sobre a etnografia

O método etnográfico consiste no levantamento de todos os dados possíveis sobre uma determinada comunidade com a finalidade de melhor conhecer o estilo de vida ou a cultura específica da mesma. Para Malinowski (1978) o etnógrafo deve trazer a seus leitores uma imagem vivida da vida nativa, ou seja, sem negligenciar nenhum aspecto seja o íntimo, seja o legal.

A etnografia permite descobrir a dimensão da cultura e da sociedade, destacando os seguintes planos: instrumental, dado na medida em que o sujeito responde a um desafio de um ambiente ou de um outro grupo e o plano cultural ou social onde o mundo humano forma-se dentro de um ritmo dialético com a natureza (DA MATTA, 1997). O comportamento de um ser humano não pode ser explicado por ele mesmo, enquanto unidade de referência isolada, fazendo-se necessário compreender as ações e comportamentos da comunidade tomando como referência seu contexto social.

A etnografia é a forma pela qual se busca compreender as mais diferentes culturas. Seu pressuposto fundamental é a busca de descrever o ponto de vista nativo sobre seu sistema de valores, sua experiência de vida, pensamentos, emoções, sentimentos e práticas que constituem sua própria realidade existencial, sua cultura.

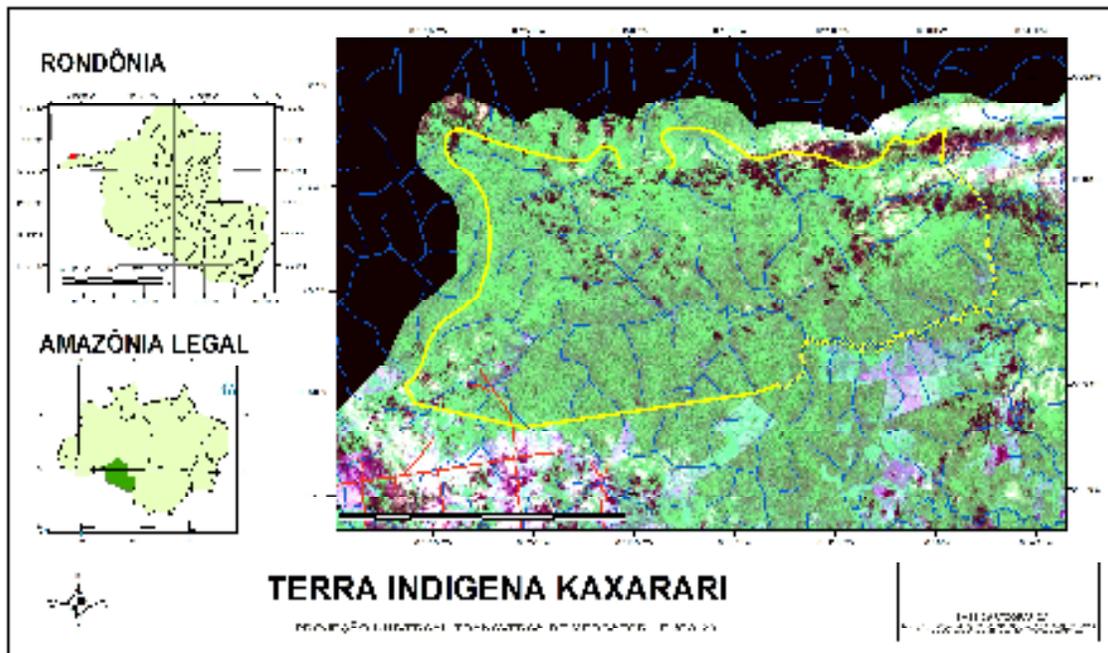
Os estudos etnográficos vêm contribuir para o conhecimento do valor cultural e dos modos de utilização do meio ambiente, relacionando o valor cultural atribuído pelos grupos humanos de onde provêm as informações (PASA, 2004).

O saber local representa o saber acumulado das populações, entre outros, sobre os ciclos naturais; a reprodução e migração da fauna; a influência do ciclo solar e da lua nas atividades de corte de madeira e da pesca; sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais; os efeitos negativos do exercício de atividades em certas áreas ou período do ano, tendo em vista a conservação das espécies. Portanto, é através do etnoconhecimento, que o saber local e as técnicas patrimoniais são expressas e, sobretudo, a demonstração de uma relação simbiótica entre o ser humano e a natureza (DIEGUES, 2001).

1.4.2. Área de Estudo

A Terra indígena Kaxarari (Figura 01) está localizada nas proximidades dos distritos de Califórnia e Extrema nas divisas do Acre, Rondônia e Amazonas, homologada pelo decreto s/nº de 13/08/92. O povo Kaxarari habita atualmente em cinco diferentes aldeias: Marmelinho, Paxiúba, Pedreira, Barrinha e Central, reunidas em um território de aproximadamente 145.000 hectares e uma população estimada em 317 indivíduos (SEDUC, 2008).

Figura 01: Mapa da Terra Indígena Kaxarari.



1.4.3. A Execução da Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo iniciou-se em janeiro de 2008 e foi até outubro, com frequência de visitas semanais, inicialmente, e quinzenais nos últimos meses da pesquisa totalizando 29 visitas.

Quanto às técnicas aplicadas para execução da pesquisa de campo utilizou-se desde questionário, que corresponde à técnica mais fechada de lidar com a fala dos informantes, e a observação participante, sendo esta a técnica mais aberta que caracteriza precisamente o método etnológico. A observação constituiria uma relação

distanciada entre os sujeitos, enquanto a participação implicaria uma imersão mais ou menos forte e ativa (GUTWIRTH, 2001). Utilizou-se também da técnica da entrevista e das conversas informais. A técnica da entrevista, mais flexível do que o questionário pelo tipo de linguagem empregada, pode ser mais ou menos aberto às peculiaridades culturais do informante (VIERTLER, 2002).

Na técnica de entrevista utilizou-se das modalidades semi-estruturada e não estruturada onde diferem em grau (mais ou menos dirigida) e a ordem dos assuntos não segue uma seqüência rígida e sim, determinada pelas preocupações e ênfases que os informantes dão ao assunto, além de não comprometer a observação unilateral dos fenômenos em questão. A entrevista estruturada daria maior controle da situação ao pesquisador e as não estruturadas colocaria este controle nas mãos do informante.

É importante ressaltar que foram feitas buscas a literatura mais consistente viajando inclusive para Rio Branco – Acre no mês de abril de 2009, com o objetivo de pesquisar em diferentes instituições, porém não foi possível localizar material mais pertinente.

1.4.4. Estratégias de Análise: Tratamento Qualitativo

O conhecimento e os manejos dispensados ao cultivo dos roçados, das atividades de caça e pesca constitui o fio condutor da análise dispensada ao saber que o povo Kaxarari detém sobre o ambiente em que vive e sobrevive. Desde que se entenda que tal povo possui uma convivência organizada, é certo dizer que o elemento que rege essa convivência é chamado cultura, pois promove a sobrevivência social por um tempo mais ou menos prolongado no ambiente. Para tanto se faz necessário compreender as ações e comportamentos sociais desse povo em termos de referências culturais específicos ao seu contexto social, pois o comportamento de um ser humano não pode ser explicado por ele mesmo, enquanto unidade de referência isolada.

Captar do informante o pensar o tempo e o espaço, enquanto ambiente de convívio, significa o afloramento perceptivo dos aspectos de suas manifestações culturais sobre as coisas e os fatos que existem nesse ambiente. Essas classificações constituem um recorte de cadeias de informações as quais serão reveladas de acordo

com o comportamento e do cotidiano do informante, ou seja, na realidade social, um determinado tipo de “saber” do mundo tradicional, vai estar sempre ligado a um “fazer”, bem como a uma vivência gerando uma interferência real no ambiente estudado (DIEGUES, *op. cit.*).

Não é fácil tentar reconstruir cientificamente um sistema de pensamentos e percepções quando esses portadores de culturas diferentes da sua fundamentam seu processo de elaboração em categorias de temporalidade – espacialidade diferentes da que o pesquisador vive. Trata-se, pois, de decifrar os fenômenos que norteiam a relação entre a ação, o pensamento e o que é falado, expressos pelos modos de agir sobre determinado local e as transformações nele contidas. É fazer com que um significado expresso no sistema de lá seja expresso no nosso sistema (GEERTZ, 1989).

1.5. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Na Introdução retratamos a conquista e ocupação territorial do Brasil e a situação de contato dos diversos povos indígenas na Amazônia, para contextualizar a população indígena da região aqui analisada. Nele é feito também um breve esboço da trajetória de construção do objeto da pesquisa, bem como seus objetivos e justificativa. Também descrevemos o método e as técnicas de execução da pesquisa em campo.

O segundo capítulo é dedicado à história da situação de contato do povo Kaxarari, descrevendo o processo histórico vivenciado por esse povo desde a inserção dos novos agentes sociais com as primeiras frentes extrativistas de borracha que atingiram a Amazônia Ocidental e alcançaram os Kaxarari. Iniciados com as correrias, passando pelas fases de incorporação a produção gomífera à falência do extrativismo, até o tempo dos direitos com a chegada da AJACRE. Aborda-se ainda o processo de colonização do Estado de Rondônia com a pavimentação da BR 364 e a luta dos Kaxarari contra a exploração das pedreiras em suas terras. As conseqüências do “progresso” são também abordadas como a problemática das doenças até a desagregação desse povo, resultante das distintas ondas de impactos causados pela nova frente de expansão.

No terceiro capítulo abordamos o atual contexto sóciopolítico do povo Kaxarai e mostramos algumas estratégias deles para a manutenção de suas formas de vida. Observando as distintas maneiras de apropriação dos recursos naturais, bem como apresentamos alguns dados concernentes à organização social das comunidades.

O quarto capítulo relata às relações estabelecidas entre as entidades não governamentais e governamentais de acordo com as fontes históricas disponíveis e acessíveis. Vale ressaltar aqui que houve uma grande dificuldade de acesso às fontes, pois trata-se de um povo pouco estudado. Os poucos artigos escritos por antropólogos do estado do Acre não se encontram disponíveis para consulta. O quinto e último capítulo avança algumas conclusões.

CAPÍTULO 2. OS TEMPOS DOS KAXARARI

A história do contato dos Kaxarari com o não indígena ainda é pouco conhecida, pois são escassas as fontes escritas. Sua epopéia está espalhada por toda sorte de documentos produzidos pela sociedade envolvente, com objetivos muito diferentes entre si. O relato de uns poucos velhos sobreviventes, sabedores das coisas de antigamente, completa o quadro documental. Assim, ainda que não seja possível uma reconstituição plena de sua estrutura e funcionamento social desde o momento em que se deu o contato, tentaremos descrevê-la à medida que os dados nos permitam, dada sua relevância para a compreensão efetiva das constantes reelaborações, das quais resultou a realidade cultural, social e econômica desse grupo na atualidade.

Segundo Erikson (1998) o nome dos Kaxarari é oriundo do contato inter-étnico, pois eles viviam e vivem separados da maior parte dos outros grupos falantes da língua Pano, por um corredor de população Arawak e são etnograficamente bem menos conhecidos do que os outros Pano. Inexiste um consenso entre os pesquisadores quanto ao tronco lingüístico a que pertencem: para Ruth Montserrat (1998) os Kaxarari estão filiados do ponto de vista lingüístico ao tronco Macro-jê e a família Pano que engloba outras treze etnias como: Kaxinawá, Yawanawá, Katukina do Acre e Karipuna. No entanto Melatti (1993) os classifica como pertencentes ao tronco linguístico Aruák e a família Aruák.

Os grupos que falavam a língua Pano distribuía-se predominantemente ao longo dos rios Juruá, Tarauacá, Jordão, Gregório e outros que compunham a bacia do Juruá. Os grupos Aruak habitavam a região do Purus, do Acre e Abunã. Os grupos de língua Pano penetraram na região do Juruá por volta do século XVII, representados pelos extintos Auanateos, Manobabos e Conivos. Existem evidências de que a região do Juruá, antes da entrada dos grupos Pano, era habitada pelos Aruak, de lá desalojados pelos grupos Pano, que vieram da região dos rios Ucayali e Marañon, de onde foram escorraçados pelos colonizadores espanhóis (CALIXTO, 1982).

2.1. O TEMPO DOS ANTIGOS

Os grupos Pano podem ser divididos em peruanos, bolivianos e brasileiros, e apesar das oposições entre habitantes inter-fluviais e do centro da mata, eles têm muito em comum. Erikson (1998) propõe uma organização esquemática dos grupos Pano, segundo a qual os Kaxarari são considerados grupos Pano do Sul, junto aos Chacobo, Pacaguara, Karipuna, sendo encontrados no norte da Bolívia e Rondônia. Segundo o autor os grupos Pano do Sudoeste (Atsahuaca e Yamiaca) estão agora provavelmente extintos.

Não é possível precisar as áreas de deslocamento histórico dessa sociedade. O trabalho de Andrade (1937) sobre o Juruá não os descreve ou menciona, bem como Menéndez (1981) na área compreendida pelo Madeira-Tapajós. Esses trabalhos abarcam uma grande parte da região tradicional dos grupos Pano, do Madeira até a bacia Juruá-Purús e o fato deles não estarem representados é bastante significativo, à medida que demonstra o quanto conseguiram preservar-se das frentes de entrada na região norte, mantendo seu modo de vida até início do século XX.

As primeiras referências históricas sobre esse povo datam de 1910, e constam do relatório de João Alberto Masô, Engenheiro da Comissão de Limites Brasil/Bolívia/Peru.

Os índios Kaxarari viviam então na cabeceira do igarapé Curequeté, afluente da margem direita do rio Ituxy o qual é afluente do rio Purús no Amazonas. Eles contavam com uma população de aproximadamente 2.000 índios quase sem contato com a sociedade brasileira, vivendo segundo seus costumes tradicionais, distantes da realidade de outras etnias da região por manterem-se, até aquele momento, apartados das principais rotas e dos seus navegantes: "O Rio Ituxy, 70 milhas mais abaixo da cabeceira Fortaleza, recebe o seu afluente direito Querequeté. Nas nascentes deste tributário se encontram os índios Cachararys" (MASÔ, 1910).

Sessenta anos se passam entre a primeira menção ao grupo e o relatório produzido pelo Padre Pedro Maria Gawlik (1975). Os depoimentos contam que suas habitações principais encontram-se às margens do rio Azul e que vieram do Amazonas, do Rio Aquiri. Segundo relatos dos contemporâneos Kaxarari, sua área tradicional estendia-se por uma ampla região:

"No Igarapé Barrinha tinha maloca antiga, nas cabaceiras do Azul tinha maloca de primeiro. Nas cabaceiras do Marmelinho também tinha maloca. No Macureném também tinha. No Curequeté nas águas do Ituxy, tinha maloca de primeiro. Do Macureném ao Curequeté tinha maloca grande mesmo, parecendo cidade" (Depoimento de Artur César Kaxarari, in AQUINO, 1985).

Os Kaxarari são etnograficamente pouco conhecidos, porém o Relatório Gawlik afirma que todos eram bilíngües, pois falavam a língua materna e o português, com exceção dos mais velhos. O que pode criar situações de socialização bastante diferentes nas aldeias, bem como dificultar a transmissão das tradições, influenciando decididamente em suas vidas, entre outros aspectos nas suas lideranças, que se tornam frágeis e fragmentadas. Naquele momento já encontravam dificuldades de sobrevivência, pois os freqüentes deslocamentos dentro da área impediam a formação de roçados familiares, deslocando-se para as proximidades da BR 364² em busca de todo tipo de assistência.

2.2. O TEMPO DAS CORRERIAS

Para os povos indígenas a perda de seus territórios significa também a condição na qual o sentido de ser indígena é negado, por conta do preconceito e discriminação, ou mesmo pelo enfraquecimento da consciência étnica. As etnias indígenas amazônicas foram submetidas, com diferentes graus de intensidade, a um processo de desestruturação, que produziu a dispersão das comunidades (DIEGUES, 1994).

A expansão do capital na Amazônia Ocidental implicou no processo contínuo de quase extermínio e integração forçada dos povos indígenas, na medida em que a lógica desse sistema econômico consiste, fundamentalmente, em integrá-los, isto é, negando o legado histórico-cultural que possuem, levando-os a assumir novos valores e padrões culturais.

Desde meados do século XVIII, os coletores de drogas e os agarradores de índios assaltaram os rios Purús e Juruá, principalmente o primeiro. Mas esses agentes coloniais só alcançaram as terras do Alto rio Juruá, atual extremo oeste do estado do Acre, no decorrer do século XIX. Até o início desse século, as expedições restringiam-

² Esta rodovia liga Cuiabá a Rio Branco e foi idealizada ainda no governo militar com o objetivo de promover a ocupação demográfica da região, absorvendo populações economicamente marginalizadas sulistas e sudestinas. Sua pavimentação foi financiada pelo Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE, provocando enorme impacto ambiental (OTT, 2002).

se à região dos atuais municípios de Envira, Eirunepé e Ipixuna, no estado do Amazonas.

Os comerciantes, patrões, coronéis de barranco e gerentes de barracões utilizavam-se do expediente de trocar bens industrializados diversos (facões, terçados, panelas, óleo) por produtos florísticos e faunísticos extraídos da floresta, que possuíam intensa demanda no mercado regional, sendo eles: salsaparrilha, copaíba, pirarucu, carne de caça, pele de animais silvestres, ovos e gordura de tartaruga, castanha e baunilha (AQUINO & IGLESIAS, 1994).

A exploração intensiva da seiva da seringueira (*Hevea brasiliensis*) resultou nas violentas correrias contra os povos indígenas. Essas expedições eram caracterizadas pelo uso extremo da força e da violência, que levaram a morte a milhares de homens e à captura de mulheres e crianças indígenas. Estas eram incorporadas a ferro e fogo como esposas dos migrantes nordestinos, localmente conhecidos pelo termo *cariús*³, ou eram vendidas às famílias ricas dos centros urbanos amazônicos com a finalidade de prestarem serviços domésticos. Segundo Wolff (1999):

O saldo das correrias, além da “tranquilidade” dos seringueiros, eram muitos mortos, especialmente os homens; algumas meninas, mulheres e crianças pequenas capturadas. Quem “pegava” uma “cabocla” na correria podia ficar com ela para si ou vendê-la para o patrão, que então a revendia para um outro seringueiro.

As correrias, organizadas pelos extrativistas com o objetivo de liberar a área indígena para a exploração, levou à ocupação e disputa pelas terras do Alto Juruá contra os povos Pano, Aruak, Arawak e outros segmentos étnicos e sociais do povo brasileiro. A memória do contato interétnico dos Kaxarari é marcada pela extrema violência das correrias. Estes foram atacados brutalmente e por pouco não foram dizimados pelos caucheiros⁴ e seringueiros brasileiros, à força das balas e doenças trazidas junto com o contato forçado. Some-se a este quadro a escravização ou submissão dos Kaxarari às relações de produção impostas pelos seringueiros e da total desagregação social causada pela dispersão em massa em direção a locais mais seguros no interior da mata, abandonando aldeias e áreas tradicionais.

³ Expressão ainda utilizada pelos Kaxarari para se referir aos não indígenas.

⁴ Os caucheiros eram geralmente peruanos que se especializaram na busca da *Castilloa elástica*, conhecida como caucho, árvore que produz grande quantidade de látex, cuja técnica de extração é o corte da árvore, retirando-se de uma vez por todas a sua seiva o que fazia dos caucheiros nômades em busca de territórios ainda não explorados.

Podemos verificar dois tipos de correrias: uma empreendida por caucheiros peruanos e outra pelos nordestinos para liberar as áreas ricas em caucho e seringa, sendo utilizada, paralelamente a todo método violento, a transmissão de gripe, sarampo, varíola, catapora, doenças virais contra as quais o sistema imunológico dos indígenas não apresentava qualquer resistência, dizimando parte significativa dessa população.

A história das diversas correrias, ainda que de um tempo pretérito, encontra-se presente na memória dos índios que não as presenciaram, nem viveram, como podemos observar pelo relato: “Os peruanos caucheiros no tempo quando mataram os índios, o povo como nós. Eles mataram quase tudo mesmo. Ai só ficou nós (Alberto Cezar Kaxarari)”⁵.

Esse breve relato denuncia a crueldade a que foram submetidos os índios Kaxarari. A resistência esboçada por eles nos confrontos e rivalidades existentes entre os patrões – seringalistas que pleiteavam as ricas terras localizadas ao longo dos rios Ituxi, Purús, Abunã e Madeira, vias de acesso fundamentais para o escoamento da produção extrativista.

O processo de correria não se restringiu à matança de índios, mas também a escravidão indígena nos trabalhos domésticos e extrativos (seringa e caucho). Os Kaxarari não foram exceção a essa regra, sendo amansados para estes trabalhos, como dizem, e muitas crianças obrigadas a trabalhar em serviços domésticos e na agricultura, e os mais velhos no caucho. Nesse período de escravidão caracterizado por correrias que atingiram os Kaxarari, destaca-se relações de manipulação de suas lideranças pelos patrões.

É importante, porém, ressaltar que os Kaxarari também resistiram por diferentes meios e formas a destruição do seu povo e do seu modo de vida. Segundo Américo Alves Costa Kaxarari, cacique da aldeia Barrinha, o patrão matava os índios preguiçosos que o cacique avisava, até que os índios se revoltaram e fugiram para o Macureném.

Os Kaxarari resistiram de diferentes formas, inclusive migrando para outros lugares. Entretanto, estes locais para onde se dirigiram, já estavam ocupados pelos seringalistas, forçando os Kaxarari a submeterem-se as condições de vida e de trabalho

⁵ Entrevista concedida a autora na aldeia Pedreira no dia 27 de setembro de 2008

que lhes foi imposta. Eles escaparam do extermínio imediato e total, conseguindo sobreviver e preservando de algum modo sua unidade cultural.

2.3. O TEMPO DO CATIVEIRO

O declínio da produção gomífera causou o endividamento dos patrões junto às casas aviadoras, levando os seringueiros a ter uma maior autonomia com relação às mercadorias oferecidas no regime de barracão. Mudando o sistema monopolizador da comercialização de produtos entre o barracão e o seringueiro, esse novo contexto provocou uma drástica redução na migração de nordestinos e demarcou o fim das correrias (AQUINO & IGLESIAS, *op. cit.*).

Com a redução das mercadorias do barracão, as famílias seringueiras e a mão-de-obra indígena representavam baixos custos nos trabalhos na floresta, e assim os povos indígenas tornam-se uma mão-de-obra importante no modo de produção territorial do seringal. Em especial os povos Kaxinaua, Poyanawa, Arara Shanendawa e Jaminawa, falantes de línguas do tronco Pano, sobreviventes das correrias ou já cativos nos seringais, por terem uma capacidade maior de usufruir os sistemas agroflorestais e ecológicos amazônicos (*id. ibd.*, 1994).

Além da tarefa de cortar a seringa os povos indígenas passam a trabalhar no transporte de borracha e mercadorias nas costas, conduzir canoa como remador, abrir e zelar estradas de seringa, campos e pastagens, construir ubás (canoas para carga), edificar casas e currais, levantar cercas, extrair madeiras-de-lei, fazer farinha, movimentar os engenhos de cana-de-açúcar para o fabrico de mel, rapadura e gramixó (açúcar mascavo), colocar roçados, caçar e pescar para o abastecimento do barracão do patrão.

Os integrantes dessas populações passaram a ser indistintamente denominados de caboclos e a sofrer forte discriminação no interior dos seringais. Assim como os seringueiros cariús, se viram atrelados aos barracões dos patrões, sendo obrigados a pagar renda pela utilização das estradas de seringa e roubados nos preços da borracha e das demais mercadorias. Eram proibidos de praticar festas e rituais de suas tradições culturais, assim como de atualizar importantes aspectos de suas formas próprias de organização social e política (*id. ibd.* 1994).

Os índios submetem-se a essa situação, pragmaticamente melhor do que a anterior, sempre buscando abrigo de quem quer que seja, assim como foi dito pelas palavras de Artur Cezar⁶, iniciando o ciclo de relatos de relações ambivalentes com os brancos:

"Depois que acabou as correria nós encontremo o Patrão Matias Quaresma. Com o Matias não tinha quem mexesse com nós. Nós fomos trabalhar para ele. Foi ele que acabou de amansar a gente, os mais novo, né? Os mais velhos morreram tudo na bala mesmo." (AQUINO, 1984).

Segundo o depoimento de Artur Cezar essa situação durou até a década de 70, quando do início do trecho Porto Velho - Rio Branco, da BR 364. Nesse período deslocam-se das cabeceiras dos rios Curequeté e Ituxy para a margem esquerda do rio Azul. A área compreendida por esse rio era considerada pelos índios o fundo de suas terras, enquanto que a frente seria o Seringal Remansinho⁷. A maior facilidade no escoamento da sua produção, o não pagamento da renda das estradas de seringa, somado a decadência dos antigos seringais influenciou decididamente a mudança para essa área do rio Azul, onde começaram a se aviar com os "marreteiros da estrada". Esse relacionamento continua igualmente a ser desigual, com os Kaxarari sendo largamente explorados por esses pequenos intermediadores que, assim como os patrões da seringa, superfaturavam suas próprias mercadorias e desvalorizavam a produção dos Kaxarari.

Esse período de submissão às condições de vida e de trabalho imposta pela empresa seringalista, teve início com o deslocamento dos Kaxarari do rio Curequeté o que teria acontecido, segundo relatórios da FUNAI, entre os anos de 1910 e 1930. A submissão não pode ser considerada em linhas gerais como definitiva, passiva ou total dos Kaxarari aos patrões seringalistas. Na verdade, o que houve, foi a necessidade da nação Kaxarari sobreviver em um território que sucessivamente tornava-se ocupado por Cariús e Arigós⁸, que se apossavam de enormes áreas de terras pertencentes aos índios e estabelecia, nesse processo, uma relação de violência.

⁶ Cacique que viveu na aldeia Pedreira falecido por volta de 2000.

⁷ Neste local os índios Kaxarari eram batizados ou casados pelos frades agostinianos da prelazia de Lábrea/AM.

⁸ Migrantes nordestinos que vieram para Amazônia, especificamente no segundo ciclo da borracha para trabalhar na produção do látex.

Na divisão do trabalho existente no seringal, enquanto unidade de produção, os Kaxarari atuavam desde a extração do látex até a comercialização da borracha, ou seja, constituíam mão-de-obra abundante e barata para os diversos trabalhos.

Durante um longo período de tempo, iniciado desde o deslocamento dos Kaxarari do rio Curiqueté, até a decadência do extrativismo da borracha, ocorrido na década de 60 do século passado, evidenciou-se o quase extermínio desse povo, bem como a desestruturação de sua cultura. Para muitos Kaxarari os patrões eram vistos como benfeitores, sendo feitas referências elogiosas a eles, como homens que ajudaram os índios, quando na verdade esta relação harmônica com os Kaxarari tinha como finalidade mantê-los coesos e submissos às relações de produção extrativas, visando aumentar a produção e o lucro.

O pagamento aos seringueiros pela produção extrativa era quase inexistente e aos índios praticamente nula. Como observou Euclides da Cunha no seu périplo pela Amazônia era um caso único de homens que pagavam para ser escravizados.

2.4. O TEMPO DOS DIREITOS

Em julho de 1976 o sertanista Meirelles⁹ a caminho do rio Iaco no Acre passou pela Terra Indígena Kaxarari nas proximidades da atual Extrema, no trecho da BR 364 entre o rio Acre e o rio Abunã. Ele queria saber quantos índios viviam na beira do rio Azul, como eles estavam vivendo e avisá-los que o José Porfírio Carvalho estava implantando a Ajudância da FUNAI no Acre (AJACRE)¹⁰ na capital Rio Branco, com área de jurisdição em todo estado, no Sul do Amazonas e no noroeste de Rondônia onde viviam os Kaxarari.

Em 1978, atendendo aos anseios dos índios, a AJACRE promoveu a delimitação da área, mas como o processo posterior de demarcação foi moroso, houve redução da área original. No limite sul, as colocações Maloca e Barrinha, que segundo Kaibú¹¹, o antigo líder Kaxarari já falecido, havia sido deles, foram tomadas através da matança de

⁹ Sertanista que veio para o Acre em 1976 trabalhar como chefe de posto da então AJACRE no rio Yaco com os índios Manchineri e os Jaminawa onde permaneceu por 10 anos.

¹⁰ Ajudância da FUNAI no Acre criada em 1976, inicialmente subordinada à Delegacia Regional de Porto Velho/RO.

¹¹ Cacique Kaibú da já extinta aldeia do Azul hoje conhecida como aldeia velha ajudou na demarcação da Terra Kaxarari falecido por volta de 1988 deixou gravado este depoimento que foi traduzido pelo seu filho Miguel Alves Costa Kaxarari.

seus parentes. Antes de chegar às aldeias Barrinha e Azul o então chefe de posto passou primeiro pelo rio Vermelho afluente do Marmelo, onde viviam algumas famílias Kaxarari cortando seringa em uma colocação.

Ainda que se possa criticar a atuação da FUNAI sua presença foi importante no sentido de assegurar os direitos desta população. Afinal, com as terras demarcadas e protegidas por órgão oficial, pela primeira vez os Kaxarari tinham a quem recorrer em caso de invasão e ocupação. Ao mesmo tempo em eles passaram a ter cada vez mais consciência dos seus direitos, reconheceram as profundas deficiências dos organismos oficiais em estabelecer para eles políticas públicas.

Desta forma vivem e mantêm contato há muitos anos com a sociedade circundante, a qual lhes atribui índole pacífica e tranqüila, cuidando de suas vidas. Isso apesar de terem com eles vivido relações de desigualdade e desrespeito, que sempre lhes ignorou o direito a diversidade, a cultura, seus hábitos, liberdade de expressão, saúde e condições básicas de sobrevivência.

2.5. O TEMPO DA ESTRADA

Existe a concordância de que o rápido progresso econômico é impossível sem dolorosos ajustamentos. Antigas filosofias têm que ser sucateadas; instituições sociais velhas têm que ser desintegradas; laços entre castas, credos e raças têm que ser desfeitos; e um grande número de pessoas que não consegue lidar com o progresso tem que ter frustradas suas expectativas de uma vida confortável. Muito poucas comunidades estão preparadas para pagar o alto preço do progresso econômico. (Nações Unidas Departamento de Assuntos Econômicos, Medidas para o desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos, Maio 1951)¹².

As políticas desenvolvimentistas das décadas de 60 e 70 tinham por objetivo ocupar e colonizar a Amazônia como um todo e Rondônia particularmente. O caminho da ocupação, literalmente, foi à construção de numerosas e descontroladas estradas que davam acesso aos projetos de colonização. Várias advertências foram desconsideradas quanto ao impacto causado pela abertura de estradas, sem qualquer estudo prévio sobre suas conseqüências socioambientais e sobre as sociedades indígenas habitantes seculares do estado (PRICE, 1989). Assim, a construção de

¹² Apud ESCOBAR, Arturo. Discourse and power in development: Michel Foucault and the relevance of his work to the third world. *Alternatives X* (Winter 1984-85), 377-400.

estradas teve o papel de conduzir à desestruturação das comunidades ribeirinhas, bem como induzir a invasão das áreas indígenas (LEONEL, 1992).

O processo de colonização do Estado de Rondônia foi impulsionado na década de 70 com a implementação do Projeto POLAMAZÔNIA¹³, que se caracterizou por intenso fluxo migratório para ocupação de terras, tendo como consequência um processo contínuo de degradação dos recursos naturais (MONTEIRO, 2005). Tal política desenvolvimentista do governo na região ocidental da Amazônia intensificou os conflitos pela posse da terra entre seringueiros, índios, posseiros e os novos grupos empresariais que passaram a comprar os seringais. Os conflitos também ocorreram com os novos colonos ocupantes dos projetos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão encarregado pelo governo federal de assentar na região amazônica famílias sulistas e sudestinas expulsas do campo.

Segundo Ianni (1979), o projeto de colonização da Amazônia serviu para manter intactas as relações e estruturas de produção nas demais regiões do país, em uma espécie de contra-reforma agrária. Ao distribuir terras na Amazônia, o Estado brasileiro não distribuiu terras no Nordeste, Sul e Centro-Oeste do país.

Como resposta aos problemas gerados, em 1980 o governo brasileiro criou o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil - POLONOROESTE, tendo como um dos seus principais objetivos a integração nacional, consubstanciada através da meta do asfaltamento da BR-364, trecho compreendido entre Porto Velho (Rondônia) e Cuiabá (Mato Grosso) e no crescimento da produção em harmonia com a preservação do sistema ecológico e proteção às comunidades indígenas (OTT, 2002). No entanto, os processos políticos relativos à pavimentação de toda a BR-364 cumpriram um percurso bastante sinuoso, sobretudo no que diz respeito à atenção dada aos assuntos indígenas e ambientais, produzindo afinal uma ocupação não sistemática da terra e também colaborando com atividades que envolviam grande desmatamento da floresta (FEARNSIDE, 1991).

A ocupação da fronteira amazônica foi determinada pelo ritmo do desenvolvimento das relações capitalistas, as quais se sobrepõem às formas sociais e econômicas, criando um espaço de ocupação e consolidação, estabelecendo novos

¹³ Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia criado pelo governo Federal com o objetivo de implantar diversos pólos de desenvolvimento na Amazônia brasileira, com destaque para a produção mineral.

padrões de mobilização, distribuição e subordinação da população. Porém não basta a implantação de uma política distributiva de terra, é preciso promover uma série de ações que viabilizem os assentamentos rurais e que promovam o aumento da produção e da produtividade, melhorando as condições de vida da população assentada (FEARNSIDE, *op. cit.*).

Neste contexto, as populações indígenas têm sido as mais atingidas. Os Kaxarari foram submetidos a um grau de violência maior em virtude de se situarem numa faixa de fronteira de expansão (MEIRELES, 1983). Se antes deste século eles sofreram a ação das correrias, com o progresso tiveram a intensificação das doenças endêmicas como a malária. Tal afirmação reflete o impacto que os índios sofreram no processo de contato com os não-índios, procedente dos sucessivos desmatamentos das áreas próximas as que habitam.

O processo de destruição de um grupo indígena tanto poderá ocorrer de maneira fulminante, através do genocídio com a matança de seus membros, como de modo lento e gradual. No caso dos Kaxarari podemos considerar que viveram e estão vivenciando os dois processos, pois ao extermínio inicial, a pressão continua na forma de confinamento numa área de reserva pequena para o seu estilo de vida tradicional. Aos poucos escasseiam os animais indispensáveis à alimentação, morrem os rios necessários à reprodução da vida, obrigam-se a todo instante a recriar a identidade cultural. A este quadro se poderiam somar muitos outros fatores, mas nenhum teria maior destaque, no caso Kaxarari, do que os seguidos e intermináveis surtos de malária. A intensificação desta doença vem ocorrendo desde a invasão de suas terras em 1987.

Até o início da década de 1980, os Kaxarari permaneceram próximos ao rio Azul. Com a pavimentação do trecho da Br 364 entre Porto Velho e Rio Branco se deslocaram para as margens da rodovia no perímetro que corresponde aos distritos de Extrema e Nova Califórnia. O traçado completo da rodovia BR-364 perfaz mais de três mil quilômetros, passando por seis estados: São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre (LIMA, 2002).

A FUNASA (1990) no seu levantamento preliminar da situação Kaxarari mostrou um decréscimo populacional na faixa etária de 25 a 29 anos, que coincide com a construção da BR 364 e alta mortalidade infantil desencadeada nos anos 60.

Fenômeno semelhante, embora mais discreto, é notado na faixa de 10 a 14 anos, que corresponde ao período de maior dispersão dos Kaxarari pelas margens da BR 364.

2.5.1. A Retirada da Brita

A Amazônia é um ponto privilegiado de concentração da biodiversidade do planeta e, simultaneamente, um dos pólos da desigualdade e da diversidade social brasileira. A política governamental privilegiou a iniciativa privada, a especulação fundiária e a exploração dos recursos minerais em detrimento das populações que habitavam a Amazônia há séculos. A destruição dos recursos naturais dentro de uma área indígena ou a contaminação de um rio põe em risco a sobrevivência física desses povos e alteram diretamente sua cultura, pois retiram a fonte de alimentação da comunidade, introduzem doenças e alteram os hábitos tradicionais dos índios.

A atividade de mineração também afeta as características socioeconômicas de uma região, qualidades do ar, flora e fauna, existência de lugares históricos e sítios arqueológicos, terras protegidas e habitats de vida selvagem (CAVALCANTI, 1996). Tais impactos negativos não se restringem à época em que a extração está sendo realizada, pois poucos são os casos de recuperação ambiental das áreas degradadas pela atividade de extração de minério.

Em relação às populações indígenas, os impactos negativos da mineração podem alcançar dimensões ainda maiores do que sobre outras comunidades. Nesses casos, ficam mais nítidos os impactos sociais gerados, pois a dinâmica da atividade minerária ocorre de maneira contrária à dinâmica dessas populações, o que causa muitas externalidades negativas em nível local (CURI, 2005).

A mesma autora comenta as causas dos problemas ambientais em terras indígenas considerando-as endógenas ou exógenas a essas terras. As endógenas são caracterizadas especialmente pelas alterações dos usos tradicionais da terra pelos grupos indígenas, pela introdução de valores e técnicas inadequadas à preservação do meio ambiente e conservação dos recursos naturais. As exógenas são aquelas promovidas por ações não vinculadas às terras indígenas e que alteram, de maneira adversa, direta ou indiretamente, as características do meio ambiente, tais como: construção e operação de usinas hidrelétricas, abertura de estradas, exploração

madeira, garimpo, poluição de rios, ocupação desordenada do território, implantação de projetos de colonização.

A extração de brita para o asfaltamento da BR-364, entre Porto Velho e Rio Branco pela empresa Mendes Júnior nas terras dos índios Kaxarari trouxe graves conseqüências. Não só a incidência de doenças aumentou, sobretudo a malária, mas também ocorreu o envenenamento do rio Azul. Segundo os relatos dos Kaxarari a mineradora assoreou os principais rios dos índios, sendo responsabilizada pelos líderes por inúmeras mortes e problemas sanitários em toda a comunidade. Os seringais e castanhais foram destruídos e os peixes desapareceram.

A Constituição prevê a recuperação das áreas degradadas pela mineração, no entanto não há um cumprimento real das determinações legais (LEONEL, 1992). Algumas empresas fazem obras ligadas ao meio ambiente de forma descontrolada sem compromisso nenhum com as obrigações legais, exibem uma ou outra atividade na mídia e com isso na maioria das vezes desarmam as críticas.

Os Kaxarari abandonaram suas roças, subiram o rio e fixaram residência na pedreira com o objetivo de impedir a exploração das pedras, tal desagregação ocasionada pela proximidade do não-indio ocasionou a introdução do álcool e prostituição (Ação Civil Pública Doc.n.96.0002121. Ministério Público Federal)¹⁴. A dependência alcoólica acarreta violência e alteração dos costumes, pois atualmente os índios Kaxarari preferem beber álcool etílico em vez de caiçuma¹⁵.

Com o objetivo de escutar da comunidade os problemas que os Kaxarari estavam vivendo e conhecer suas posições referentes à exploração das pedras graníticas pela empresa Mendes Junior, uma comissão da UNI-Norte¹⁶ viajou a referida área em setembro de 1989. Segundo relata Antonio Ferreira Apurinã o então coordenador.

¹⁴ Perícia Antropológica. Ação Civil Pública Doc.n.96.0002121, SILVA. D.A.B. Ministério Público Federal. 08-2000.

¹⁵ Caiçuma, bebida de origem indígena produzida de milho ou macaxeira cozida.

¹⁶ União das Nações dos povos indígenas do estado do Acre e Sul do Amazonas composta por 16 povos distribuídos em 43 áreas, desde sua criação trabalha tanto na área política e de representação como no desenvolvimento de atividades que garantam a sobrevivência dos povos.

A primeira impressão ao chegar à área chamada hoje de pedreira, ocupada pelas modernas máquinas de quebrar pedras da companhia Mendes Junior e que os Kaxarari estão ocupando toda área em conflito, o que podemos chamar de “empate”. Na floresta ao redor da pedreira, localizam-se as barracas dos Kaxarari em todas as direções. Para consolidar a ocupação, a maior parte das famílias está brocando os roçados com intenção de construir uma aldeia ao redor da pedreira.

A comissão da UNI-Norte concluiu ao final da visita a área: que o povo Kaxarari estava consciente da luta que estavam travando por não abrirem mão do direito histórico de sua terra e entendiam que a companhia Mendes Junior era a responsável pelas doenças que estavam sendo acometidos.

A extração da brita pela companhia Mendes Junior resultou na migração de mais de 100 trabalhadores da companhia para área indígena, bem como na formação de um grande lago de águas paradas (figura 02), ou seja, uma represa que abarca uma área de 2 Km² aproximadamente, que se tornou um meio para multiplicação do mosquito *Anopheles darlingi*, transmissor da malária.

Figura 02: Buraco deixado no lugar de onde foi retirada a pedra brita que com o tempo acabou se transformando em um lago medindo aproximadamente 6.000m² com profundidade média de 1 metro e volume de 6.000 m³ de água (Ação Civil Pública Doc.n.96.0002121. Ministério Público Federal).



Créditos: Ivonete Santa Rosa

Quando houve a delimitação e o mapeamento da área, a pedreira estava inclusa, mas quando da demarcação definitiva retiraram a pedreira (Povos Indígenas do Brasil, 1987/1988/1989//1990, p. 288).

Após sucessivas doenças, os Kaxarari resolveram reivindicar a área da pedreira junto a FUNAI de Brasília, com o apoio de algumas entidades. Representantes dos Kaxarari já estiveram na Procuradoria Geral da República e na FUNAI, em Brasília, para reivindicar a área, mas o problema continua sem solução (Povos Indígenas do Brasil, 1987/1988/1989//1990, p. 288).

De acordo com o texto escrito por Aquino (1996) solicitado pelo Ministério Público do Estado do Acre em setembro de 1988 foi firmando um acordo provisório intitulado “Transação Provisória” entre a FUNAI e a Mendes Junior na presença de representantes Kaxarari permitindo a exploração da jazida de pedras por 90 dias. Com a promessa de reembolso financeiro pela Mendes Junior proveniente da extração e comercialização das pedras. Além disso, a Empresa Mendes Junior se comprometeu em construir um ramal de 42 km com condições de tráfego para veículos automotores, ligando a Br 364 a sede do posto indígena da FUNAI, na aldeia Pedreira. Além da promessa de construir uma barragem no rio Azul para a criação de peixes (Ação Civil Pública Doc.n.96.0002121. Ministério Público Federal).

O acordo provisório além de ferir a integridade física e cultural do povo Kaxarari era inconstitucional, pois o artigo 231 da Constituição Federal, nos seus parágrafos 3^o e 6^o vetam todo e qualquer acordo que tenha como objetivo a exploração das riquezas existentes em áreas indígenas, salvo obtendo aprovação do Congresso Nacional e da comunidade afetada. Ainda de acordo com o relatório a abertura do ramal permitiu que madeireiros invadissem a área indígena e explorassem madeira de lei, degradando suas floresta, rios e igarapés. Além disso, esse ramal propiciou a penetração de colonos e comerciantes para as proximidades das aldeias o que resultou na venda de bebidas alcoólicas. A construção da barragem citada no acordo resultou em constantes surtos de malária entre os índios, colonos e empregados da própria empresa.

A retirada da Mendes Junior só ocorreu em 1991 quando a FUNAI reconheceu o erro e restituiu os limites da reserva Kaxarari, incluindo as cabeceiras do rio Azul e a área da pedreira. Deixando uma área devastada e com o povo enfraquecido pelos sucessivos surtos de malária.

CAPÍTULO 3. O TEMPO ATUAL

3.1. OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

Os Kaxarari atravessaram o período da implantação e decadência da empresa seringalista dispersos e reduzidos quando do abandono dos rios, principal via de acesso. A partir desse período procuravam vender sua produção para os marreteiros que a compravam através da recém aberta rodovia BR-364. Desagregava-se ainda mais, dessa forma, a tradição histórica de sua organização socioeconômica, pois este comércio em nada contribuiu para uma melhoria significativa do seu modo de vida.

Do final dos anos 60 a meados da década de 70, houve uma maior dispersão dos Kaxarari, e um aumento dos casamentos interétnicos. Segundo a FUNAI, CPI e CIMI, poucas informações existem a respeito dos Kaxarari nesse período a não ser o recenseamento do Padre Pedro Maria Gawlik, que demonstra um alto índice de mortalidade e uma grande incidência de tuberculose, função de mudanças nos hábitos alimentares.

O aumento da mortalidade agravou de maneira irrecuperável a organização desse povo, pois a sabedoria milenar dos índios no que diz respeito aos conhecimentos sobre as ervas medicinais está desaparecendo, uma vez que não permanece o repasse desse legado cultural por meio da tradição oral. É igualmente notável o desaparecimento dos pajés, devido ao extermínio desencadeado contra este povo através das correrias e a submissão a patrões que impunham o uso dos medicamentos enviados pelos órgãos aos seus empregados.

Estes antigos habitantes das terras do Macureném, Ituxi, Iquiri, Curequeté e demais rios plantavam e conheciam o Kupa, dentre outras ervas e frutos da mata, usadas na culinária e na medicina. Segundo um depoimento: “O pajé tratava no Kupa¹⁷, ele tomava Kupa e via o tipo de enfermidade e podia ver que presença espiritual estava agindo na pessoa, dizia o tratamento e o dia que o doente ia ficar bom”¹⁸.

¹⁷ Extrato utilizado em lavagem anal, pelo pajé na cura de várias doenças.

¹⁸ Depoimento do índio Alberto Cezar Kaxarari no dia 28 de agosto de 2008.

O desconhecimento das doenças e a maneira com que o aviamento estava estruturado fizeram com que a medicina tradicional praticada pelos Kaxarari fosse abandonada.

3.2. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Com relação à população que vive nas cinco aldeias percebe-se que apenas os mais velhos ainda falam a língua; das crianças, poucas falam e algumas apenas entendem. Dentre os adultos, pode-se dizer que a maioria não lê ou escreve português, com exceção dos professores indígenas, porém não apresentam dificuldades na compreensão desta língua.

Diferentemente da área da saúde, que é responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) com seu núcleo em Sena Madureira no estado do Acre, a área da educação é vinculada ao estado de Rondônia. No que diz respeito à escolaridade, há classes primárias de 1^o a 5^o ano em todas as aldeias. Atualmente há professores indígenas atuando com exceção da aldeia Barrinha, que tem um professor não índio; as aulas são dadas em Português e na medida do possível na língua nativa.

A necessidade de ensino da língua materna às crianças é manifestada pelos professores, bem como por vários dos membros mais velhos da comunidade. Os professores têm participado de projetos de capacitação de professores indígenas oferecidos pela SEDUC - Secretaria Estadual de Educação de Rondônia, que também é responsável pelo fornecimento da merenda e do material escolar viabilizado e financiado pelo MEC, através do Núcleo de Educação Indígena.

Por outro lado, nota-se que os contratos com carga horária determinada tornam a fixação de professores brancos nas aldeias extremamente complexa, com dificuldades de se adaptarem ao cronograma e a disponibilidade tempo dos indígenas. Aliado a isso se encontra a distorção idade-série e a precária ou inexistente alfabetização do povo.

O cacique é a figura central da representação política. Ele é eleito pela comunidade, tornando-se um interlocutor externo. Com deveres de cunho social e político responde pela comunidade, porém em situações críticas todo o grupo deve ser ouvido para que as decisões sejam representativas.

Quanto ao saneamento básico as aldeias têm poço e um reservatório de água, porém as casas não possuem água encanada, existindo uma torneira disposta próxima à escola, bem como dois banheiros com chuveiro e fossa sépticas com vaso sanitário, os quais nem sempre são utilizados. Para se comunicarem com os parentes possuem o sistema de radiocomunicação com exceção da aldeia Central a qual não dispõe de tal tecnologia.

3.3. SUBSISTÊNCIA E RENDA

A economia do povo Kaxarari é de subsistência, centrando-se em coleta, pesca, caça e agricultura. Com base em observações de campo, em entrevistas e depoimentos de chefes de grupos domésticos, tais atividades não eram consideradas como práticas separadas, mas sim complementares, que aconteciam cada qual no seu momento, mas todas dentro do meio que eles conviviam. Para Meggers (1987) e Moran (1990) para obtenção dos recursos os grupos indígenas desenvolveram um ciclo sazonal combinando caça, pesca, coleta e agricultura em formas e intensidades diferentes.

As matas, as águas, os campos e as roças compunham uma paisagem numa continuidade geográfica onde cultura e natureza coexistiam em perfeita harmonia.

A cultura, sem um fornecimento concentrado e produtivo de alimento, só pode atingir um nível mínimo de complexidade, as diferenças no potencial de subsistência constituem do ponto de vista da adaptação humana, o aspecto mais importante do meio ambiente (MEGGERS, *op. cit.*).

Segundo Roosevelt (1998) os povos indígenas na Amazônia desenvolveram diferentes modos de subsistência, podendo encontrar povos coletores, semi-coletores e povos com grande base na agricultura. Para os Kaxarari a coleta se restringe a materiais essenciais, como a paxiúba e a palha, usadas nas construções das casas (figura 03). O extrativismo da castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*) é a principal fonte de renda do povo Kaxarari com exceção da aldeia Central, onde a principal fonte de renda vem dos salários pagos ao professor indígena, Agente de Saúde Indígena (AIS), aposentados e da venda da sua força de trabalho nas fazendas circunvizinhas.

A atividade da caça de subsistência é, possivelmente, a forma mais amplamente difundida de exploração de recursos naturais pelos indígenas, tendo sido reportada por

grande parte de estudos realizados com os povos indígenas na Amazônia, onde se observa que a caça prove a maior parte da proteína animal consumida por diversos povos. No entanto, o povo Kaxarari pratica atividade de caça de forma esporádica, caracterizando-se como atividade masculina, realizada com armadilhas ou espingarda, sendo esta a principal ferramenta de caça nas aldeias.

Porém a dificuldade em se deslocar até o centro urbano, em geral dois dias de viagem no caso dos moradores da aldeia Marmelinho, e o alto custo da compra de espingardas e de munição leva o povo Kaxarari a investir em outros recursos alimentares para suprir as necessidades nutricionais, tais como a atividade da pesca, na qual é permitida a mulheres e crianças, e a criação de alguns animais domésticos para abate, soltos no terreiro para o consumo interno das comunidades como galinha (*Gallus gallus*), porcos (*Sus domesticus*) e patos (*Cairina moschata*).

Autores como Meggers (1987) e Bailey (1991) questionam em seus estudos a possibilidade do consumo exclusivo de produtos não cultivados proporcionarem uma dieta balanceada as populações indígenas. Fato que provavelmente tenha gerado a elaboração de uma dieta baseada na combinação de produtos cultivados e de recursos alimentares encontrados nas matas, como frutas silvestres e castanhas, peixe e caça.

A renda obtida através da extração da castanha, dos trabalhos esporádicos nas fazendas circunvizinhas, dos recursos advindos dos salários pagos aos professores indígenas, Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e aposentados não alterou a essência da economia de subsistência das aldeias.

Figura 03: Preparação da palha para a construção de uma casa na aldeia Pedreira.



Créditos: Ivonete Santa Rosa

3.3.1. Atividades de Caça

As principais fontes de proteína animal para as populações tradicionais da Amazônia sempre foram à caça e a pesca. Entretanto, o modo como essa proteína é obtida varia de lugar para lugar, conforme as características ecológicas, sociais e culturais presentes (CALOURO, 1995).

Quando os Kaxarari não viviam em contato com o mundo dos seringais, a caça era considerada a paixão de um homem. Era através da caça e de sua habilidade como caçador que o homem (Bãpy)¹⁹ alcançava prestígio e status social dentro da sua aldeia. Um homem era considerado generoso quanto maior fosse a quantidade de carne que sua esposa distribuía na sua aldeia²⁰. Embora caçar entre os Kaxarari, como em outros grupos da Amazônia, seja uma atividade reservada aos homens, cabe a mulher

¹⁹ Denominação na língua Kaxarari para homem.

²⁰ Depoimento do professor Marcondes Kamakuna Kaxarari no dia 21 de abril de 2009.

(Shãpy)²¹ a partilha da carne de caça entre os grupos domésticos de acordo com as regras de parentesco, com os parentes mais próximos sendo os mais favorecidos. A carne que não é consumida imediatamente é moqueada de forma a ser preservada (figura 04).

Figura 04: Carne de macaco Barrigudo (*Lagothrix lagotricha*) Xiluwa moqueando.



Créditos: Ivonete Santa Rosa

Para caçar os homens Kaxarari utilizam espingardas, armadilhas e munição, tais como pólvora, chumbo, espoletas e cartuchos. A compra de tais insumos, itens particularmente caros e rapidamente gastos, torna a caça dispendiosa. É provável que esse fato explique a baixa preferência da atividade da caça como forma de suprir as necessidades protéicas diárias. Arcos e flecha são instrumentos de caça do passado, que atualmente são feitos apenas como artesanato. Hoje em dia, a maior aspiração de um jovem Kaxarari é dispor de sua própria espingarda. Para Leite (2007) tudo isso mostra o quanto às populações indígenas encontram-se inseridas em contextos de drásticas transformações e profundas conseqüências sobre suas condições de vida.

²¹ Denominação na língua Kaxarari para mulher.

Outra alternativa de caça utilizada pelos Kaxarari é a tocaia (ou espera). Este tipo de caçada é frequentemente realizada na época em que as frutas, tais como a bacaba e patuá estão caindo na floresta. Segundo Marcondes Kamacuma Kaxarari costumam caçar de tocaia, próximo às horas em que os animais cinegéticos se habituam a comer. Ainda segundo seu depoimento os cariús costumam caçar de tocaia durante a noite, o que não ocorre com os caçadores Kaxarari, que alegam “falta de coragem, pois a onça (Inawa)²² pode atacá-los” .

De acordo com as entrevistas muitas espécies de vertebrados (mamíferos, aves e répteis) são caçados para se obter sua carne (quadro 01). O que demonstra que a fauna cinegética também contribui para a alimentação da comunidade, porém com menor intensidade.

Quadro 01: Espécies cinegéticas mais apreciadas pelo povo Kaxarari conforme o relato dos entrevistados, nomes populares, nome Kaxarari e identificação científica.

ESPÉCIE	FAMÍLIA	NOME POPULAR	NOME KAXARARI
MAMIFEROS PRIMATAS			
<i>Cebus apella</i>	Cebidae	Macaco prego	XILUWA TXYSHY
<i>Saguinos fuscicolis</i>	Cebidae	Macaco soim	XIPI
<i>Alouatta seniculus</i>	Cebidae	Macaco guariba	TSHU’U
<i>Ateles chamek</i>	Atelidae	Macaco aranha	ISUMA
<i>Lagothrix lagotricha</i>	Atelidae	Macaco barrigudo	TXUHITXU
<i>Pithecia irrorata</i>	Pitheciidae	Macaco parauacu	NALA BUSHU
ARTIODACTYLA			
<i>Mazama americana</i>	Cervidae	Veado capoeiro	KAHU KUNU
<i>Mazama gouazoubira</i>	Cervidae	Veado roxo	TXASHU
<i>Pecari tajacu</i>	Tayssuidae	Queixada	XIBULU
<i>Tayassu pecari</i>	Tayssuidae	Cateto	HULKUNI
RODENTIA			
<i>Myoprocta pratti</i>	Dasyproctidae	Cutiara	MYTXURI
<i>Dasyprocta sp</i>	Dasyproctidae	Cutia	MATSHAHI
<i>Agouti paca</i>	Dasyproctidae	Paca	ANAWY
PERISSODACTYLA			
<i>Tapirus terrestris</i>	Tapiridae	Anta	AWATSHA
CINGULATA			
<i>Dasypus kappleri</i>	Dasypodidae	Tatu de 15 quilos	IAWATANI
<i>Euphractus sexcinctus</i>	Dasypodidae	Tatu rabo chato	WAKA IAWXI
<i>Priodontes maximus</i>	Dasypodidae	Tatu canastra	PALAWY

²² Denominação para onça na língua Kaxarari.

<i>Dasyus novemcinctus</i>	Dasypodidae	Tatu verdadeiro	YEIXKUNI
AVES			
GALIFORMES			
<i>Mitu sp</i>	Cracidae	Mutum	ISAKA
<i>Penélope sp</i>	Cracidae	Jacu	KIWI
GRUIFORMES			
<i>Psophia sp</i>	Psophiidae	Jacamim	NYIA
PICIFORMES			
	Ramphastidae	Tucano	SHUKY
PSITACIFORMES			
	Psittacidae	Arara	SHAWALY
FALCONIFORMES			
<i>Daptrius</i>	Falconidae	Canção	MATUTU
<i>Buteo sp</i>	Falconidae	Gavião	ITXU
REPTEIS			
CROCODYLIA			
<i>Caiman sp</i>	Alligatoridae	Jacaré	KAPYTY
SQUAMATA			
<i>Tupinambis sp</i>	Teiidae	Jacuraru (tiu)	SHYKYPA

Grupos indígenas podem possuir em sua cultura algumas normas, tabus ou interdições que levam a restrição do consumo de determinadas espécies da fauna cinegética local (SMITH, 1976). Para Macdonald (1977) o tabu alimentar que pode ser definido como a rejeição, por motivos diversos, de se consumir um animal, ou parte dele, por toda uma população ou por segmentos específicos dela, tais como gestantes, doentes, etc., é um dos fatores responsáveis pela restrição protéica das populações amazônicas. Harris (1978) já afirma que os tabus também têm funções sociais tais como ajudar o povo a pensar em si mesmo como uma comunidade à parte.

Em conversas com os Kaxarari e em algumas observações diretas constatei que alguns animais são considerados estimuladores de doenças latentes, ou seja, são reimosos, e por isso mesmo alvos de restrições alimentares. Se uma pessoa, por exemplo, está com uma infecção interna ou externa, provocada por golpes, lesões e até por curubas, não pode comer carne de veado roxo (*Mazama americana*) macho, de anta (*Tapirus terrestris*) macho e fêmea e de queixada (*Pecari tajacu*) macho. No entanto não houve uma explicação clara do motivo para o não consumo alimentar da capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*)

A restrição alimentar imposta sobre mulheres grávidas, quanto ao consumo de diferentes espécies, também foi mencionada. Houve também menção em poucos casos, do não consumo de certas espécies devido ao cheiro desagradável, tais como o quati (*Nasua nasua*).

Não constatei a aversão pelo consumo de animais por serem considerados provocadores de má sorte (panema). Crendice comum em diversas comunidades indígenas na Amazônia (BEGOSSI, 1983).

3.3.2. Atividades de Pesca

Os Kaxarari consideravam a pesca uma atividade secundária em relação às caçadas. Atualmente, no entanto, sua contribuição como suprimento de alimento para as comunidades é de fundamental importância. Dada a dificuldade na compra dos insumos necessários às caçadas, o peixe constitui atualmente um alimento tão valorizado quanto a carne de caça.

A atividade de pesca é executada diariamente de preferência no final da tarde por homens, mulheres e crianças utilizando tarrafa e anzóis. O tempo de permanência nesses tipos de pescaria é em média de duas horas na beira do rio nos dias de semana. Porém as pescarias com o cipó de timbó (Waka)²³, nas quais somente as mulheres menstruadas não participam pode se prolongar por até cinco horas conforme o rendimento da pesca. O timbó possui uma substância que retira momentaneamente o oxigênio da água sufocando os peixes. Quando chegam ao poço escolhido o cipó é esmagado produzindo uma espuma que indica que a substância foi liberada na água. Então aguardam por cerca de dez minutos até os peixes começarem a nadar freneticamente na superfície da água ou enterrarem a cabeça na areia das margens do rio ou igarapés, facilitando sua captura.

Quase sempre o peixe é imediatamente consumido após a pescaria. Quando não é moqueado para que se mantenha em condições de conservação. Esse

²³ Denominação na língua Kaxarari para o timbó, planta utilizada na pescaria. A substância extraída dessa planta faz com que a água dos rios e igarapés tenham uma concentração menor de oxigênio, asfixiando os peixes e facilitando a sua captura.

tratamento especial entre os Kaxarari começa, inicialmente pela devida limpeza de escamas e das vísceras do peixe, em seguida ele é enrolado em folhas de bananeira e moqueados lentamente nas fogueiras que as mulheres costumam fazer em seus quintais, conservando a carne da pesca saudável para ser consumida durante uma semana em média.

A prática de evitar o consumo de certas espécies de pescado em situações específicas, como em caso de doença, gravidez ou pós-parto, é bastante comum. Os Kaxarari evitam comer carne de malburu ou cará (*Satanoperca pappaterra*) quando têm algum ferimento ou tumor no corpo. O que não exclui tal espécie da lista das espécies de peixes mais apreciadas (quadro 02).

Quadro 2: Espécies de peixes mais apreciadas pelo povo Kaxarari com nomes populares, nome Kaxarari e identificação científica.

ESPÉCIE	FAMÍLIA	NOME POPULAR	NOME KAXARARI
PEIXE			MAILU
SILURIFORMES			
<i>Liposarcus spp</i>	Loricariidae	Bodó	IPU
<i>Hypostomus spp</i>	Loricariidae	Cascudo	BASHU
<i>Ageneiosus spp</i>	Auchenipteridae	Mandubé	TULYLU
<i>Pimelodus spp</i>	Pimelodidae	Mandi	IXAXI
<i>Pseudoplatystoma punctifer</i>	Pimelodidae	Surubim	BAWALI
CHARACIFORMES			
<i>Brycon melanopterum</i>	Characidae	Matrinxã	TAKUKUSÃSHANNU
<i>Brycon amazonicus</i>	Characidae	Jatuarana	IAPA
<i>Pygocentrus sp</i>	Characidae	Piranha	MAKY
<i>Mylossoma spp</i>	Characidae	Pacu	TXAKY
<i>Hoplias malabaricus</i>	Erythrinidae	Traira	AWASHU
PERCIFORMES			
<i>Geophagus spp</i>	Cichlidae	Cará	MALBURU
RAJIFORMES			
<i>Potamotrygon spp</i>	Potamotrygonidae	Arraia	IBABI

3.3.3. Atividades do Roçado

A agricultura de derrubada e queimada constitui a base de subsistência do povo Kaxarari. Cada grupo doméstico maneja um roçado numa pequena área da floresta que varia de 0,50 a 1 hectare, do qual provém a maior parte dos alimentos consumidos. Embora cada chefe de casa seja responsável pela abertura do roçado, são as mulheres as principais responsáveis, tanto pela colheita quanto pela preservação das sementes de todas as espécies e variedades cultivadas no roçado (quadro 03). De acordo com as observações e conversas formais para manter o estoque genético das espécies plantadas nos roçados, as sementes são obtidas geralmente nas aldeias o que ocorre também com as mudas de macaxeira. Não é comum a compra de sementes e mudas, pois a troca constitui uma prática bastante comum nas aldeias.

Entre os produtos cultivados a macaxeira constitui o principal produto, pois é considerada o alimento básico em todas as refeições. A expressividade do cultivo da mandioca sobre os demais ocorre, talvez, por ser um cultivo de baixo risco e que necessita da utilização de poucos insumos para sua produção. O processamento doméstico da macaxeira para produção de farinha d'água é de pequena escala e artesanal, apenas para o consumo interno das comunidades. A torrefação se dá nos fornos manuais, localizados fora da casa, mas dentro do quintal, que recebe na maioria das vezes o sombreamento natural das frutíferas ali cultivadas (SANTA ROSA, 2008).

Na maioria das vezes os homens trabalham em conjunto nas distintas tarefas (broca, derrubada, queimada e plantio) do roçado. Os instrumentos de trabalho comumente usados na abertura e conservação do roçado são terçados, moto-serra e enxadas. Os roçados na sua maioria são feitos nas adjacências das moradias, porém escolhe-se uma área da floresta onde não exista castanheira (*Bertholletia excelsa*), pois os Kaxarari reconhecem que as árvores de castanheiras necessitam de um entorno florestal inalterado para sua manutenção e manejo sustentado.

Para a formação do roçado o primeiro passo se dá através do preparo do solo que acontece com a broca e a derrubada quando o roçado está sendo colocado em mata bruta. No entanto quando o roçado é em uma área já derrubada o processo de preparação do solo inicia com a queimada, sendo o próximo passo o "roçar", que consiste na limpeza da terra através da técnica do abaixamento dos restos da

vegetação que permanecem após a queimada. Tais processos ocorrem nos meses de maio a junho, porque em julho as árvores ficam secando ao sol e agosto é considerado o mês ideal para queimar e iniciar o plantio.

Os Kaxarari sempre colocam fogo nos seus roçados, pois segundo eles queimar bem as árvores derrubadas e devidamente secas, é uma condição necessária para se realizar uma boa colheita dos vegetais.

Quadro 3: Espécies de vegetais plantadas nos roçados conforme relato dos entrevistados.

ESPÉCIE	FAMÍLIA	NOME POPULAR	NOME KAXARARI
EUPHORBIALES			
<i>Manihot sp</i>	Euphorbiaceae	Macaxeira	KYNA
SOLANALES			
<i>Ipoema batatas</i>	Convolvulaceae	Batata doce	KATXI
BASSICALES			
<i>Carica papaya</i>	Caricaceae	Mamão	MUTU
POALES			
<i>Ananás sp.</i>	Bromeliaceae	Abacaxi	HAKAPA
<i>Zea mays</i>	Poaceae	Milho	XYKI
ZINGIBERALES			
<i>Musa sp.</i>	Musaceae	Banana	LABUKA
DIOSCOREALES			
<i>Dioscorea alata</i>	Dioscoreacea	Cará	PUA

3.3.4. Atividades de Extração da Castanha

A coleta da castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*) que ocorre entre os meses de novembro a janeiro não compromete as demais atividades tradicionais de subsistência como o plantio dos seus roçados.

A produção da castanha constitui a principal fonte de renda acessível a todas as famílias das aldeias, embora os castanhais na sua maioria estejam muito distantes e de difícil acesso. Segundo Monteiro (2008) os índios nomeiam as áreas de castanheiras de acordo com um fato ocorrido no local. Um ponto de coleta pode ser denominado, por exemplo, de Macaco Queimado, porque foi onde a família assou um macaco para alimentação, mas por distração deixou o almoço queimar.

A coleta propriamente dita dos ouriços ocorre no mês de janeiro, pois durante os meses de novembro a dezembro os ouriços caindo coloca em perigo a vida dos coletores embaixo das árvores, devido ao risco de cair ouriços sobre suas cabeças. As fases da coleta da castanha se resumem na catação dos ouriços, a amontoa e a quebra utilizando como instrumento de trabalho apenas o terçado.

O transporte da castanha da mata para as aldeias é feito com burros, com exceção da aldeia Mamelinho onde o transporte é feito pelos próprios índios com o auxílio de uma envira amarrada ao tronco do indivíduo, o que desestimula a coleta. A comercialização do produto é feita por atravessadores e ocorre na maioria das vezes antes da coleta (MONTEIRO, *op. cit.*).

3.4. DADOS POPULACIONAIS

As primeiras referências ao contingente populacional Kaxarari aparecem no relatório do engenheiro João Alberto Masô no ano de 1910, indicando uma população de aproximadamente 2.000 índios. Dados resultantes da visita do Padre Pedro Maria Gawlik as aldeias Barrinha e Azul em 1975 mostram que a população era de cerca de 89 índios.

“Ignora-se o número total de todos os índios Kaxarari existentes. Apenas pudemos contar os que ainda vivem na maloca ou nas proximidades dela. São 89 índios de sangue puro e mais 14 pessoas intimamente ligadas a eles ou como maridos (que vivem na maloca) ou como filhos de pai civilizados com mãe índia” (GAWLIK, 1975).

Considerando-se apenas estes dados estaria configurada uma redução da população de praticamente 96%, no prazo de 65 anos, ocasionada pela violência com as populações indígenas durante o processo de usurpação das terras. A demarcação da área em 1986 fez com que alguns Kaxarari retornassem a comunidade, fato constatado pela FUNAI (1986) através de um levantamento estatístico o qual apontou uma população de 160 índios para as duas aldeias. Atualmente a população total das cinco aldeias é de 317 índios.

Em termos de idade e sexo, a população Kaxarari está assim distribuída:

Quadro 04: Distribuição da população indígena Kaxarari por faixa etária, segundo sexo.

Idade (anos)	Homens	Mulheres	Total
0-4	29	31	60
5-9	27	23	50
10-14	25	24	49
15-19	12	26	38
20-24	10	11	21
25-29	13	12	25
30-34	08	06	14
35-39	11	04	15
40-44	07	10	17
45-49	05	01	06
50-54	05	04	09
55-59	04	01	05
60-64	02	01	03
65- +	02	03	05
Total	160	157	317

Fonte: Dados coletados na SEDUC/REN em janeiro de 2008.

Apesar de praticarem a agricultura os Kaxarari promoviam no passado grandes andanças pelos rios e grandes caçadas. Pães de macaxeira (*Manihot sp.*) eram enterrados ao longo de suas andanças, para comerem no retorno²⁴.

Algumas pessoas da aldeia relataram como antigamente os homens faziam arcos e flechas e as mulheres confeccionavam colares, pulseiras, braçadeiras, tornozeleiras de penas de aves, e cestarias como paneiros e balaios para os mais diversos fins (figura 05). Atualmente, da arte plumária só são feitas às pulseiras de penas, e poucas mulheres ainda sabem trabalhar com a palha para fazer cestos; há o agravante de que o material para a cestaria está cada vez mais difícil de ser obtido. Uma modalidade de artesanato que as mulheres aprenderam e que realizam com muita frequência é o artesanato com miçangas. No entanto, não há ainda um trabalho sistemático de produção e venda de tais artesanatos. Somente são fabricados quando sabem que vai aparecer alguém de fora ou quando os professores vão para os cursos de capacitação.

²⁴ Depoimento do índio Santuca no dia 20 de agosto de 2008. Acrescente-se que, por vezes, ou porque mudavam o caminho de volta, ou porque não estavam com fome, estes pães eram esquecidos. Eles são conhecidos por “pão de índio” quando encontrados por colonos brancos que estão arando a terra.

Figura 05: Balaio para o transporte da caça moqueada.



Créditos: Ivonete Santa Rosa

Quanto à religião, não há atualmente um líder espiritual ou pajé²⁵ entre os Kaxarari. O último conhecedor dessas tradições, o índio Kaibú, faleceu por volta de 1988, deixando todos os apetrechos com seu filho Américo, cacique da aldeia Barrinha. Ele aprendeu alguns cantos e mitos, mas diz não ter todo o conhecimento necessário. Também por falta de pessoas mais velhas e detentoras dos antigos conhecimentos, outro aspecto da cultura que está se extinguindo é o ritual de nomeação das crianças na língua. A nomeação, conforme me foi relatado pelos próprios Kaxarari, deveria ser realizada por uma pessoa mais velha, conhecedora dos nomes das famílias, pois uma criança deve receber um nome de um parente antigo; portanto, conhecer a língua e a genealogia Kaxarari seria imprescindível para que se pudesse nomear um recém-nascido na língua Kaxarari. Alguns pais relataram que seus filhos, devido à ausência de pessoas capacitadas para tal nomeação, não receberam nomes Kaxarari, apenas em “português”.

²⁵ Chefe espiritual entre os indígenas, misto de sacerdote, profeta e médico feiticeiro. O Pajé ocupa o lugar de mediador entre os espíritos e o resto da tribo. É uma figura de extrema importância dentro das tribos indígenas do Brasil. Detentor de muitos conhecimentos e da história da tribo, ele é o indígena mais experiente.

3.5. O SISTEMA DE PARENTESCO E CASAMENTO

Os Kaxarari estão organizados em clãs (quadro 05) com linha de descendência patrilinear, ou seja, cada homem ou mulher pertence sempre ao clã de seu próprio pai. São exogâmicos, não podendo casar dentro do mesmo clã. O casamento é com a filha do tio materno ou com a filha da tia paterna, ou seja, o casamento ideal é entre primos cruzados bilaterais, mantendo-se a exogamia clânica. De acordo com os Kaxarari, os mais jovens pouco têm observado a questão dos clãs em relação à realização dos casamentos, ocorrendo diversos casamentos com pessoas do grupo Manchineri, pertencente ao tronco Aruak, bem como com pessoas não-índias.

É importante salientar que três dos clãs citados não existem mais: Sha'uitxaby (garça), Txalamuitxaby (jaburu), Pakaitxaby (Flecha) em alguns casos só existe um único remanescente do clã como é o caso dos Hitxi'itxabu (Povo da Envira), que possui como remanescente a Dona Maria Manika moradora da aldeia Paxiuba e Shapuitxaby (Povo do Algodão) na pessoa de Dona Albertina Kaxarari, moradora da aldeia Pedreira. Fato que pode levar os jovens a não casarem mais conforme as regras clânicas.

Quadro 05: Clãs na Língua Kaxarari e seus significados em Português.

Inawaitxby	Povo da Onça
Txakubyitxaby	Povo do Pássaro
Xaxuitxaby	Povo da Pedra
Bawuitxaby	Povo Papagaio
Isakuitxaby	Povo Mutum
Kalaptsuitxaby	Povo Perequito
Tikuluitxaby	Povo Bico de Brasa
Shyluitxaby	Povo Pássaro
Pamalaitxaby	Povo Açaí
Shapuitxaby	Povo do Algodão
Hiti'itxaby	Povo Envira
Labukaitxaby	Povo Banana
Tawashamuitxaby	Povo Cana

Wainimaitxaby	Povo Pupunha
Shuimitsiluitxaby	Povo passarinho pequeno
Shawalytxaby	Povo Arara
Sha'uitxaby	Povo garça
Txalamuitxaby	Povo jaburu
Pakaitxaby	Povo Flecha

Outro aspecto observado é a ausência de rituais Kaxarari. As mudanças nas tradições culturais podem, em certa parte, ser explicada pela proximidade das aldeias do centro urbano, bem como pela influência da mídia, pois todas as aldeias possuem aparelho de TV.

No que tange à organização das aldeias, estas não apresentam uma forma, ou padrão na localização das casas; ou seja, a distribuição das casas se dá de forma aleatória, seguindo apenas a localização dos “ramais” abertos (trilhas abertas na mata, destinadas à circulação de pessoas) com exceção da aldeia Marmelinho. As casas são construídas a uma certa elevação do solo, o que a princípio poderia lembrar as construções ribeirinhas. As construções são de madeira tendo o telhado coberto por palhas de babaçu. A divisão interna das casas atende às necessidades das famílias: um cômodo utilizado como sala, uma cozinha e um quarto ou até dois, dependendo da estrutura familiar.

Após incentivos da FUNASA para melhoria das condições sanitárias da população, cada aldeia conta com e seu poço para fornecimento de água, e com dois banheiros equipados com um chuveiro um vaso e uma pia, estes banheiros ficam próximo à escola, porém são de uso comunitário. No entanto a maioria das casas possui seu próprio sanitário externo.

3.6. A ALDEIA MARMELINHO

Segundo dados obtidos da Secretaria Estadual de Educação de Rondônia (SEDUC) esta aldeia tem atualmente em torno de 106 índios, sendo esta a maior aldeia do povo Kaxarari em termos de número de habitantes. Ao contrário das demais aldeias todos os membros falam a língua Kaxarari. Esta aldeia apresenta certo isolamento em relação à área urbana, o que não impede a penetração das concepções do mundo atual pelo meio social circundante, porém a torna uma área caracterizada por um nível de conservação ambiental mais elevado (SANTA ROSA, 2008).

De acordo com o depoimento do Cacique Domingos Mariano Kaxarari esta aldeia foi construída em 1984. Eles moravam anteriormente no Bueiro próximo a aldeia Pedreira, onde se instalaram para pressionar a empresa Mendes Junior, porém com a morte de vários membros inclusive do seu pai, vítimas da malária, resolveram construir um barco e se afastar do contato do não-índio. Viajaram durante 12 dias pelas águas do rio Vermelho até alcançarem as águas do Marmelo onde vivem atualmente.

Quanto à disposição das casas guardam o padrão tradicional: suas moradias são construídas em um círculo que em geral abriga somente o grupo de procriação (marido, mulher e filhos). No entanto, os filhos casados moram bem próximo a seus pais, conforme organização tradicional. Ao centro da aldeia está a Escola Estadual de Ensino Fundamental (figura 06) com classes de 1º ao 5º ano, a casa do motor também está ao centro, bem como o posto da FUNASA.

Figura 06: Escola da aldeia Marmelinho.



Créditos: Ivonete Santa Rosa

As habitações não recebem serviço de energia elétrica, porém utilizam motor gerador a diesel por algumas horas no período noturno. As residências não possuem água encanada, porém existem torneiras dispostas próxima à escola, bem como dois banheiros com chuveiro e fossa sépticas com vaso sanitário, porém nem sempre utilizados. Para se comunicarem com os parentes possuem o sistema de radiocomunicação.

Outro problema que assola a comunidade é a precariedade da estrada de acesso à aldeia, bem como a falta de uma ponte no rio Marmelo. Com muita dificuldade o carro chega até a margem do rio Marmelo, a partir daí a travessia da mercadoria é feita em canoas e o transporte até a aldeia em carriolas (figura 07).

Figura 07: Travessia do rio Marmelo com canoas.



Créditos: Ivonete Santa Rosa

3.7. A ALDEIA PEDREIRA

Atualmente com uma população de 94 indivíduos (SEDUC, 2008) esta aldeia possui facilidade de acesso à Vila Extrema, e daí para Rio Branco. De acordo com um levantamento feito in loco constatou-se que há Kaxarari provenientes da Pedreira morando atualmente na Vila Extrema e em Rio Branco; estes não foram incluídos nos levantamentos acima. A liderança da aldeia Pedreira atualmente é exercida pelo cacique José Cezar Kaxarari.

A organização da aldeia Pedreira não apresenta uma forma, ou padrão na localização das casas e sua distribuição ocorre de forma aleatória. Os moradores construíram em forma de mutirão um “chapéu-de-palha”, construção com vigas de madeira e coberta de palha, destinada a atividades comunitárias da aldeia: reuniões para discutir algum assunto comum, festas, local para assistir a programas de televisão e até para recreação das crianças. Além deste, a Pedreira conta ainda com o galpão da ACIK, com o prédio da escola e com o Posto de Saúde.

As habitações recebem serviço de energia elétrica e possuem água encanada. Como as demais aldeias possuem dois banheiros com chuveiro e fossa séptica com vaso sanitário, com pouca utilização, bem como um telefone (orelhão) via satélite instalado na comunidade.

Ocorre na aldeia Pedreira uma grande festa realizada no dia Sete de Setembro (figura 08), quando é disputado um campeonato de futebol com churrasco, muita bebida alcoólica e baile de forró. Deste festejo participam os moradores das fazendas arredores e também pessoas de Rio Branco.

Figura 08: Torneio de futebol realizado durante festa do dia 07 de setembro de 2008 na aldeia Pedreira.



Créditos: Ivonete Santa Rosa

3.8. A ALDEIA PAXIUBA

Com uma população atual de 43 indivíduos (SEDUC, 2008) esta aldeia possui facilidade de acesso à Vila Extrema tanto quanto a aldeia Pedreira, pois a mesma está localizada a 8 km e com excelentes estradas de acesso. A liderança da aldeia Paxiuba atualmente é exercida pelo cacique Ari Simão cuja mãe é não indígena.

As características descritas para a aldeia Pedreira repetem-se na aldeia Paxiuba quanto a distribuição das casas e oferta de serviços de saneamento.

O que a diferencia é que o dia do índio é comemorado tradicionalmente na aldeia Paxiuba com comidas típicas, apresentações de danças e cantorias, porém devido à falta de transporte e a grande dificuldade de acesso às aldeias Marmelinho, Barrinha e central esta ultimamente tem comemorado de forma individual. A alimentação servida na festa é farta, composta de peixes moqueados e cozidos ao leite da castanha, carnes de animais moqueadas e muita caiçuma (figura 09).

Figura 09: Macaco Barrigudo (*Lagothrix lagothricha*) Xiluwa moqueado.



Créditos: Ivonete Santa Rosa

3.9. A ALDEIA BARRINHA

O último levantamento feito pela SEDUC (2008) mostra uma população de 44 índios na aldeia Barrinha. É nesta aldeia, localizada a 70 km de Extrema com estradas totalmente danificadas, que mora o então cacique Américo Alves Costa Kaxarari, filho do Kaibú, antiga liderança que lutou pela demarcação das Terras Kaxarari. A esposa do cacique é branca, porém fala fluentemente a língua Kaxarari, sendo ela, o marido e o senhor Pedro Alves Costa Kaxari, irmão do cacique, os únicos que falam e compreendem a língua Kaxarari nesta aldeia.

As moradias são totalmente dispersas, além do prédio da escola possuem um barracão para reuniões e atendimentos da FUNASA. Das cinco aldeias esta é a única que tem como professor um não-índio.

As habitações da aldeia não recebem o serviço de energia elétrica nem possuem água encanada nas suas residências. Dispõem de um motor a diesel que é ligado por algumas horas no período noturno. Assim como nas demais aldeias possuem dois banheiros com chuveiro e fossa séptica com vaso sanitário, que também tem pouca utilização e possuem um sistema de radiocomunicação instalado na comunidade.

3.10. A ALDEIA CENTRAL

Localizada às margens do Rio Azul a 80 km de Extrema a aldeia Central, com sua população estimada no último levantamento feito pela SEDUC (2008) em 30 índios, não tem estrada de acesso para carro. Assim como a aldeia Marmelinho o carro chega com muita dificuldade até as margens do rio o restante do trajeto é feito via canoa no período das cheias ou com burro no período seco.

Esta aldeia foi criada no ano de 2005, contando atualmente com seis famílias que migraram das aldeias Barrinha, Pedreira e Paxiuba. A liderança da aldeia Central é exercida pelo cacique Jorge Pinheiro Costa Kaxarari.

As habitações da aldeia são dispersas. Além de não possuírem serviço de energia elétrica, mesmo dispendo de um motor a gasolina, este pouco funciona por conta do dispêndio com o combustível. Não possuem água encanada nem banheiros com chuveiro e vaso sanitário como as demais aldeias Kaxarari, além de não existir

um sistema de radiocomunicação instalado na comunidade. O prédio da escola fica muito distante das casas (figura 10).

Figura 10: Escola da aldeia Central.



Créditos: Ivonete Santa Rosa

CAPITULO 4. OS KAXARARI E AS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS

A ocupação contemporânea da Amazônia é primordialmente determinada pelo ritmo do desenvolvimento das relações capitalistas no conjunto nacional. As quais se sobrepõem às formas sociais e econômicas espacialmente dispersas, criando um espaço próprio de ocupação e consolidação do grande capital, estabelecendo novos padrões de mobilização, distribuição e subordinação da população. Neste contexto, as populações indígenas têm sido as mais atingidas (OLIVEIRA, 1985).

A política do governo brasileiro para a questão indígena tem um marco institucional com o Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI) criado em 1910 para integrar o índio a sociedade nacional. Tendo como patrono Cândido Mariano da Silva Rondon e fundamentos em princípios positivistas (DIACON, 2006) o SPI – seu nome mais popular – procurou integrar os índios à sociedade nacional, lenta e gradativamente, respeitando paternalisticamente seu modo de ser e o direito a terra (CALIXTO, 1982). Contudo, tal política serviu apenas para agravar a situação das populações indígenas. Os grupos econômicos do Sul ligados ao capital financeiro compraram os antigos seringais expulsando seringueiros e índios de seu antigo habitat. Segundo Lima (2000) o INCRA não desenvolveu na prática uma infra-estrutura que realmente atendesse ao desenvolvimento de um projeto de colonização.

Os conflitos pela posse da terra conduziram seringueiros e índios a exigirem maiores garantias do Estado na luta pelos seus direitos (IANNI, 1979). Para amenizar esse conflito e para assegurar o andamento do projeto desenvolvimentista foi criada a FUNAI – Fundação Nacional do Índio em 1967, porém só instalada no Acre em meados da década de 70, substituindo dessa forma o antigo SPI.

A criação da FUNAI, por sua vez, não resolveu a problemática indígena. Segundo Otávio Ianni (*op. cit.*) a Fundação é uma espécie de ministério para assuntos indígenas, ou seja, lida com assuntos indígenas como algo especial, à parte, diferente. Distingue e contrapõe o índio e o nacional. Essa visão tem facilitado a expropriação da terra, da força de trabalho, da agricultura ou a própria vida dos índios, concordando

com a ideologia dos beneficiários diretos do desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia.

Na verdade a FUNAI desde que foi criada vem se pautando por uma política que visa inserir o índio no processo da economia de mercado, em vista de uma política desenvolvimentista empreendida no governo militar. Os grupos ou nações indígenas não poderiam de forma alguma servir de obstáculo à ocupação econômica da Amazônia, a construção de estradas, o que faz com que na década de 70 a FUNAI estabeleça com a SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia um acordo para pacificar os índios ao longo da Transamazônica. Para Calixto (*op. cit.*) este acordo garantia que os índios não servissem de obstáculo à ocupação da Amazônia, bem como assegurava aos operários das estradas proteção contra a suposta ameaça inimiga.

A política desenvolvimentista dos governos militares teve seus desdobramentos no Acre e Rondônia a partir da década de 70. Em meados daquela década, os enfrentamentos tornam-se intensos, e o INCRA e os outros órgãos governamentais passaram a ter uma atuação significativa. Nessa fase foi implantada a Ajudância da FUNAI no Acre, conhecida pela sigla AJACRE. Como desdobramentos da sua atuação surgiram também às entidades não governamentais: Comissão Pró Índio - CPI; Conselho Indigenista Missionário – CIMI; além das organizações surgidas alguns anos mais tarde, de seringueiros e índios, culminando com a criação da União das Nações Indígenas – UNI e o Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, na década de 80.

Com a instalação da AJACRE os Kaxarari ficaram subordinados a esta Ajudância. Apesar de a área estar localizada em Rondônia os índios sempre se dirigiram a Rio Branco, devido a menor distância. A partir desse momento os Kaxarari se reagruparam em torno da reserva, delimitada em 1987. Além da unificação do grupo desenvolveram-se projetos econômicos e sanitários com a população. Estes projetos, em conjunto com outras entidades como CIMI e CPI, não obtiveram resultados satisfatórios.

Os Kaxarari estão crescendo do ponto de vista demográfico, adotando agora como tática a integração do povo dentro da reserva. A maior prioridade é sobreviver enquanto etnia e manter-se vivos enquanto pessoas, em um território demarcado,

embora permanentemente ameaçado. Para reconstituir a identidade do grupo e o equilíbrio demográfico têm recebido apoio de varias entidades governamentais através da FUNAI e não governamentais como CIMI (Conselho Indigenista Missionário), CPI (Conselho de Proteção ao Índio) e UNI (União das Nações Indígenas). Atualmente estão organizados em uma associação: ACIK - Associação das Comunidades Indígenas Kaxarari, revelando um desejo e empenho de se organizar a fim de melhor manifestar suas dificuldades junto às autoridades e órgãos responsáveis.

4.1. Movimentos Indígenas e os Kaxarari

O surgimento das entidades não governamentais ligadas à causa indígena tem significativas contribuições no que se refere à formação de lideranças indígenas. Evidentemente não são elas precursoras desta liderança, mas elas são importantes para reunir índios de várias nações. Um passo significativo foi à primeira Assembléia Indígena da Amazônia Ocidental com representantes das áreas indígenas do Acre, região Sul do Amazonas e parte de Rondônia.

Criado em 1973 o CIMI tem suas origens na política desenvolvida pela Igreja Católica, numa tentativa de reavaliar suas práticas junto aos índios ao longo dos seus quase 500 anos de evangelização na América Latina. A atuação das missões jesuíticas, salesianas e capuchinhas entre outras, havia contribuído para “aculturar” e muitas vezes exterminar nações indígenas. O CIMI busca conduzir um indigenismo pautado no respeito e preservação dos valores indígenas, procura trabalhar a problemática indígena de forma a assessorar o movimento, ou seja, fazer as coisas com eles e não fazer por eles. Ao mesmo tempo e contraditoriamente tenta substituir o mundo cosmológico indígena pela cosmogonia cristã.

A criação da CPI ocorreu em dezembro de 1979, no Acre e Sul do Amazonas, tendo em vista não ser um processo simultâneo ou de extensão de uma política nacional. Atualmente existem CPI's só no Acre, Roraima e São Paulo. A CPI procura divulgar a problemática dos povos indígenas, pressionando as autoridades governamentais no sentido de atender e viabilizar questões ligadas aos seus direitos e garantias de posse de terra. Estas entidades não governamentais, juntamente com a

UNI há muito vem assessorando as comunidades indígenas, pois a FUNAI vem abdicando de seu papel institucional (Povos Indígenas do Brasil, 2001/2005).

A atuação das entidades não governamentais tem, contudo, sofrido muitas críticas que vão desde a atuação nas comunidades indígenas até os pressupostos de cada uma.

A questão fundiária tem levado os índios à mobilização através não só da UNI como também CIMI e CPI. Podemos verificar isto com as mobilizações dos grupos indígenas do Acre, Rondônia e Sul do Amazonas em especial os Kaxarari, que lutam pela demarcação de suas terras, bem como pela incorporação da área onde estava localizada a pedreira. O problema fundiário é um dos fatores que mais exige das entidades e preocupam os índios. Antes mesmo da instalação da FUNAI no Acre, os Kaxarari já havia tido contato com a FUNAI de Porto Velho. Em 1975, o vigário da Vila Abunã denuncia a FUNAI o estado lastimável em que se encontravam os Kaxarari. Neste mesmo ano os Kaxarari fazem uma visita à delegacia da FUNAI em Porto Velho²⁶.

O antropólogo da FUNAI Noraldino Vieira Cruvinel foi designado em novembro de 1977 para dar o parecer conclusivo da área onde residiam os Kaxarari. Por ocasião de sua visita a área observou que o número de Kaxarari nascido fora da área era bastante significativo, constatando ainda a existência de um grande número de casamentos interétnicos. Na época em que foram feitos os levantamentos dos Kaxarari, estes eram apenas 109 indígenas.

Após a demarcação das suas terras muitos Kaxarari retornaram a comunidade, alguns estavam trabalhando como peões em fazendas ou como seringueiros autônomos; outros continuavam nas colocações próximas as margens do rio Azul e Marmelinho, comercializando com os marreteiros da BR - 364. Segundo depoimento da Alcilene Kaxarari moradora da aldeia Paxiúba:

²⁶ Depoimento de Américo Alves Costa Kaxarari do dia 30 de agosto de 2008.

“Nós morava no meio do branco, nós chegamos aqui na aldeia, nós não conhecia esses nossos parentes. A FUNAI mandou nós morar aqui na aldeia, nós viemos depois de grande”

Por outro lado, em 1980 a FUNAI e a CPI desenvolveram projetos sócio econômicos na área indígena Kaxarari. Tais projetos foram impostos, pois não houve nenhuma participação ou discussão com os índios das comunidades. No entanto, em 1984 a CPI elaborou, com a participação dos Kaxarari, projetos de auto sustentação, com a implantação de uma cooperativa gerenciada pelos índios, visando à compra da borracha e castanha e a venda de mercadorias como açúcar, óleo, munição etc. De certa forma se manteve o aviamento, porém diferente do antigo. De acordo com esses projetos foram destinados a área Kaxarari um professor e um enfermeiro ambos treinados através do convênio com CPI/FUNAI/Secretaria de Saúde e Educação do Acre. Hoje resta apenas o Agente de Saúde, já inexistente a infra-estrutura física e as aulas estão sendo ministradas por professores indígenas contratados pela Secretaria Estadual de Educação de Rondônia.

No que se refere à formação de lideranças, mesmo antes de 1985, quando foi fundada a UNI, os Kaxarari já possuíam seus representantes que atuavam reconhecidamente em vários encontros. Além dos Kaxarari participarem das assembléias da UNI, sua luta foi fortalecida ao integram-se ao Conselho Nacional dos Seringueiros criado em 1985. A ação integrada dessas entidades impulsionou o governo brasileiro a uma tomada de posição quanto ao asfaltamento da BR – 364, que acarretou na formulação e implementação do PMACI²⁷. Este plano apenas conseguiu demarcar 33 Terras Indígenas das 70 priorizadas. Demarcou dez no Acre, três no Amazonas e uma no noroeste de Rondônia, incluindo a demarcação da terra Kaxarari.

Em 1988 o CIMI denunciou que 25% dos Kaxarari estavam com malária, responsabilizando a empresa Mendes Junior pelo aumento da malária endêmica na região devido à represa construída no rio Azul (Povos Indígenas do Brasil

²⁷ Plano de Proteção ao Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas, elaborado pelo governo federal e financiado pelo BID (Banco Interamericano para o Desenvolvimento) sob pressão de ambientalistas preocupados em proteger as terras indígenas e evitar a destruição da floresta e dos rios durante a pavimentação da BR-364 no trecho Porto Velho-Rio Branco.

1987/1988/1989/1990, p. 289). Em 1991 foi iniciado o plano definitivo do PMACI, após denúncias das comunidades indígenas quanto a sua execução para que estas fossem atendidas. O plano previa a construção de uma escola e um hospital na área Kaxarari, porém não foi executado mesmo com as reivindicações das lideranças. A incorporação da área da pedreira não resolveu os problemas oriundos da devastação das matas, dos rios e a incidência de doenças.

Apesar da luta empreendida pelas nações indígenas ter ocorrido sob a orientação das entidades não governamentais percebe-se, na atualidade, dificuldades no sentido de dar seqüência às lutas de forma independente.

CAPITULO 5 – CONCLUSÕES

A exemplo de diversas populações indígenas da Amazônia Ocidental, os Kaxarari, no início do século XX, foram atingidos pela frente extrativista, desencadeada pela procura da goma elástica que provocou nessa região uma violenta forma de exploração destruindo sociedades autônomas, cultural e emocionalmente diversas. Essa frente, no caso Kaxarari, teve dois momentos marcantes: o primeiro diz respeito às “correrias” empreendidas por caucheiros peruanos e seringalistas brasileiros, contribuindo para o quase extermínio desse povo. O segundo refere-se à incorporação dos Kaxarari ao trabalho extrativo, exigindo uma reelaboração de seus valores sócio-culturais.

Convertidos em seringueiros os Kaxarari passaram a sofrer a exploração da empresa seringalista muito maior que aquela sofrida pelos seringueiros não índios. Com a decadência e o abandono dos seringais pelos seringalistas nos finais da década de 60 e início dos anos 70, os Kaxarari desenvolveram novas relações de produção com os marreteiros da estrada BR 364, na comercialização da borracha e castanha, relação que se manteve nos moldes do aviamento praticado nos barracões.

Nos anos 60, uma nova frente atinge a Amazônia Ocidental: a expansão agropecuária, desencadeada pela política desenvolvimentista do governo militar, trazendo consigo a especulação e compra de terras. As fronteiras antes demarcadas pelo extrativismo, agora são convertidas em pastos ou projetos que visam assentar os colonos oriundos do Centro-Sul do país, e seringueiros expulsos da terra pelo avanço do latifúndio.

Dessa forma, os Kaxarari iniciaram a luta pela posse efetiva de seus antigos territórios, agora reduzidos, lutaram também contra a malária, que se intensificou com a ocupação desordenada, violenta e acelerada do eixo Porto Velho - Rio Branco da BR 364, e com projetos de assentamento desenvolvidos próximo as áreas ocupadas pelos Kaxarari. Estes fatores podem ter contribuído significativamente para o desenvolvimento da consciência coletiva dos direitos da terra, da dignidade e autodeterminação. Inclusive tendo uma participação efetiva neste período junto às

entidades não governamentais, que foram de suma importância no que diz respeito à organização, posse e luta pela demarcação da área indígena.

Pode-se observar, no entanto, que o contato dos Kaxarari com as entidades governamentais e não-governamentais foram mais intensos durante a demarcação da sua terra e ocupação de parte de sua área pela Mendes Junior.

Toda a imposição a que foram submetidos os Kaxarari contribuiu para a desagregação sociocultural desse povo. Entretanto, mesmo tendo seus valores modificados no contato com o não índio, ainda constituem um exemplo de resistência, pois apesar da violência mantém uma língua, o território e a capacidade de reconstruírem seus valores e a luta pela existência.

Estes antigos habitantes das terras do Macurenem, Ituxi, Iquiri, Curiqueté, promoviam grandes andanças, grandes caçadas e grandes pescarias, além de praticarem a agricultura de subsistência. Tudo isso é memória, mas ainda é memória.

Embora este estudo não pretenda representar o conhecimento etnobiológico da população em questão, ele certamente dá uma idéia das espécies vegetais e animais utilizados pelo povo Kaxarari. Acredita-se que novos trabalhos de campo proporcionarão o aumento da lista de espécies vegetais e faunísticas de uso por esse povo. Dessa forma, o número total de espécies vegetais e animais utilizados é, sem dúvida, muito maior do que esta que documentamos. Isto se deve à considerável diversidade botânica, zoológica e ecológica existente na região. Assim, se faz necessário um investimento qualitativo e quantitativo das investigações científicas e a congregação de esforços para uma análise micro e macro da terra indígena Kaxarari sobre gradiente de diversidade, origem e distribuição, fatores limitantes desta distribuição e relações filogenéticas.

Os resultados deste estudo demonstram que a caça também participa da subsistência das aldeias, mas com intensidade menor que a pesca e a agricultura de subsistência. Dentre os produtos explorados na mata o recurso obtido de maior significância financeira para as aldeias é a extração da castanha do Brasil.

O povo Kaxarari ainda mantém o modo tradicional na maneira de ser, onde o processo de conhecimento e prática buscam a conservação da flora e da fauna através da manutenção dos espaços denominados “matas” ou através do manejo para o uso em atividades de subsistência, ou ainda, mantendo e respeitando as espécies de flora e

fauna. O que pode representar uma forma de garantir a perpetuação desses conhecimentos que traduzem e demonstram a longa trajetória que percorreram para se manterem até os dias de hoje. Os fatores de preservação cultural são os mesmos fatores de preservação grupal que permitem aos povos indígenas resistirem estruturalmente aos impactos causados pelo contato com o não índio.

Obviamente, se sugere outros estudos na área como forma de aprofundar e preservar o saber local adquirido por esse povo. Certamente, esses indígenas souberam conduzir com dignidade suas vidas e seus conhecimentos mesmo em tempos difíceis, com a sobrevivência comprometida. Eles respeitaram e conservaram a natureza sem exercer pressão ao ambiente ao usufruírem os recursos naturais que lhes era oferecido. Podemos chamar isto de sabedoria não sistematizada, ou seja, aprendizado adquirido no cotidiano das atividades diárias, conhecimentos adquiridos na e da natureza.

Ainda que tenha presenciado nas aldeias a carência sanitária, a ameaça constante de doenças como tuberculose e malária, os casos crônicos e agudos de alcoolismo, a conclusão final é de que os Kaxarari sobreviveram e continuarão sobrevivendo. Eles chegaram próximo à extinção e ainda assim resistiram e se reproduziram. O território Kaxarari está preservado e se constitui em uma dádiva para as gerações futuras.

De minha parte, devo reformular minha premissa inicial. Se no começo considerei que não poderia ter feito pior escolha do que estudar e viver por algum tempo em uma aldeia Kaxarari tentando entender o impacto da caça, ao final cabe o reconhecimento de que esta foi uma escolha fundamental na minha vida: o trabalho etnográfico me fez compreender os indígenas, mas fundamentalmente compreendi melhor a mim mesma.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, O. 1937. **Amazônia, esboço histórico, geographia physica, geographia humana e ethnographia do rio Juruá**. Maceió: Off. Graph. Da Casa Ramalho, 160p.
- AQUINO, T. V. & IGLESIAS, M. P. 1994. **Kaxinawá do Rio Jordão. História, Território, Economia e Desenvolvimento Sustentado**. Rio Branco: Comissão Pró-Índio (AC).
- BAILEY, R. C., HEADLAND, T.N. 1991. The tropical Rain Forest: **Human ecology**. V. 19. pp. 261-285.
- BEGOSSI, A. 1983. Ecologia humana: um enfoque das relações homem-ambiente. **Interciencia**. May – June, 18(3). P. 121-130.
- CAVALCANTI, R. 1996. **Mineração e o Desenvolvimento Sustentável: Caso da Companhia Vale do Rio Doce**. Tese de Doutorado, Engenharia Mineral, Universidade de São Paulo. Escola Politécnica. Departamento de Engenharia da Minas. São Paulo.
- CALOURO, A. M. 1995. **“Caça de subsistência: Sustentabilidade e Padrões de Uso entre Seringueiros Ribeirinhos e Não-Ribeirinhos do Estado do Acre”**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília. Brasília. 82p.
- COTRIM, G. 1991. **O Impacto da Conquista da América**. São Paulo: Saraiva, 214p.
- CURI, M. V. 2005. **Mineração em terras indígenas: Caso Terra Indígena Roosevelt**. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. Campinas São Paulo.
- CALIXTO, V. O. 1982. **Acre: uma história em construção**. Rio Branco: Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto.
- DA MATTA, R. 1997. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro. Rocco. p. 247.
- DIACON, Todd A. 2006. **Rondon: o marechal da floresta**. São Paulo: Companhia das Letras.
- DIEGUES, A. C. S. 1994. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB-USP.
- EMMONS, L.H., FEER, F. 1997. **Neotropical Rainforest Mammals: A Field Guide**. The Universidade de Chicago Press. Chicago. 282.p.

ERIKSON, P.1998. Uma singular pluralidade: A Etno-história Pano. In: Cunha, Manuela Carneiro (org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP/Companhia das Letras. p.239 – 252.

FEARNSIDE, P. M. 1991. “Rondônia: Estradas que Levam à Devastação”. *Ciência Hoje*. Volume Especial. Amazônia. Rio de Janeiro: SBPC. pp.116-122.

ESCOBAR, A. Discourse and power in development: Michel Foucault and the relevance of his work to the third world. **Alternatives X** (Winter 1984-85), 377-400.

FREIRE, J. R. B. 1978. **A Amazônia Colonial (1616-1798)**. Manaus: BK Editora, v. 1. 107 p. A invenção da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GAWLIK, P.M.(Pe.). 1975. **Relatório Kaxarari**, Mimeo, Prelazia de Porto Velho

GEERTZ, C. 1989. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara Koogan. 323p.

GUTWIRT. J. 2001. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 16, p. 223 – 239.

HARRIS, M. 1978. **Vacas, porcos, guerras e bruxas: os enigmas da cultura**. Editora. Civilização brasileira. Rio de Janeiro. 205p.

IANNI, O. 1979. A expropriação do índio. In: **Ditadura e agricultura**. Rio de Janeiro. Civilização brasileira. 249p. cap. VIII. p. 198.

LEITE, M. S. 2007. **Transformação e Persistência: Antropologia da alimentação e nutrição em uma sociedade indígena amazônica**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 239p.

LEONEL, M. 1992. “Estradas, Índios e Ambiente na Amazônia: Do Brasil Central ao Oceano Pacífico”. *São Paulo em Perspectiva*. pp. 134-167.

LIMA, E. C. 2000. “BR-364: **A Saída para o Pacífico no Caminho dos Katukina**”. In: *Povos Indígenas no Brasil*. São Paulo: Instituto Socioambiental.

MACDONALD, D. R. 1977. **Food taboos: a primitive environmental protection agency (South American)**. *Anthropos*. V. 72. p. 734-748.

MELATTI, J. C. 1993. **Índios do Brasil**. São Paulo: Hucitec; Brailia: Editora da Universidade de Brasília.

MEIRELES, D. M. 1983. **Populações Indígenas e a Ocupação Histórica de Rondônia**. Monografia Curso de Especialização Mato Grosso: História e Historiografia: Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá.

_____. 1989. **Guardiães da Fronteira**; Rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis: Vozes. 213p.

MEGGERS, B. J. 1987. **Amazônia: a ilusão de um paraíso perdido**. Editora. Universidade de São Paulo.

MENÉNDEZ, M.A. 1981. **Uma contribuição para a etno-história da área Tapajós-Madeira**. Rev. do Museu Paulista, São Paulo : USP, v. 28, p. 289-388.

MONTEIRO, M. A. 2005. **Meio Século de Mineração Industrial na Amazônia e suas ilplicações para o Desenvolvimento Regional**. Estudos Avançados, 19 (53).

MONTEIRO, J. C. 2008. **Relatório de Pesquisa do CNPQ: Estudo Ergonômico Visando o melhoramento no processo produtivo da Castanha do Brasil na Tribo Kaxarari em Rondônia**.

MONTSERRAT, R. M. F. Línguas Indígenas no Brasil contemporâneo. In: **Índios no Brasil**. Luiz Donizete Benzi Grupioni, org. 3ª Ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 1998, p. 93-104.

OLIVEIRA. J. P. 1998. **Uma etnologia dos Índios Misturados? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Naturais**. Mana. Vol. 4 n. 1 p 47-77.

OTT, A. M. T. 2002. **Dos Projeto de desenvolvimento ao desenvolvimento dos projetos: o PLANAFLORO em Rondônia**. Tese (Doutorado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.

PASA, C. 2004. **Etnobiologia de uma comunidade ribeirinha no alto da Bacia do rio Aricáçu, Cuiabá, Matogrosso, Brasil**. 174 f. Tese (Doutorado) - Unesp, São Paulo.

PRICE, David. **Before the bulldozer: the Nambiquara Indians and the World Bank**. Washington: Seven Locks Press, 1989.

PERÍCIA ANTROPOLÓGICA. **Ação Civil Pública Doc.n.96.0002121**, SILVA. D.A.B. Ministério Público Federal. 08-2000.

MORAM. E. F. 1990. **A Ecologia Humana das populações da Amazônia**. Editora Vozes. Petrópolis.

ROOSEVELT, A. C. 1998. **Paleoindian cave dwellers in the Amazon: the peopling of the Americas** . science. Pp. 373-384.

RAMOS, Alcida. 1986. **Sociedades Indígenas**. São Paulo: Ática.

COTRIM, G. 1991. O Impacto da Conquista da América. São Paulo: Saraiva, 214p.

SMITH, N. J. H. 1976. **A Pesca no Rio Amazonas**. INPA, Manaus, 154p.

SANTA ROSA, I. B. 2008. **Políticas Públicas e Gestão Ambiental da Terra Indígena Kaxarari: Um Estudo de Caso da Aldeia Marmelinho – Rondônia.** In: IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento regional – Santa Cruz do Sul/ RS.

WOLLFF, C. S. 1999. **Mulheres da Floresta: uma historia: Alto Juruá, Acre (1890-1945).** São Paulo. Hucitec. 291p.

VIERTLER, R.B. 2002. **Seminário de Etnobiologia e Etnocologia do Sudeste.** In: Amorozo et al (ed.) Métodos Antropológicos como Ferramenta para estudos em Etnobiologia e Etnoecologia. Rio Claro, SP. SBBEE. p. 11-29.